Ata 16/2026

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às treze horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Cerro Largo, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Regime Próprio de Previdência - RPPS, designados pela Portaria nº 520/2023, Elisandra Solange Vorpagel Neunfeld e Rodrigo Moscon Kuhn, os quais se fizeram presentes, registrando a existência de quórum suficiente. Pauta 1 – Análise do cenário econômico e financeiro de julho 2026; Pauta 2 – avaliação da carteira de investimentos do RPPS; Pauta 3 – acompanhamento da Política de Investimentos e deliberação sobre movimentações financeiras; Pauta 4 – verificação de enquadramento e limites legais. Pauta 5 – análise de riscos; Pauta 6 – acompanhamento suficiência financeira e evolução execução orçamentária; Pauta 7 – registro das APRs (Autorização de Aplicação e Resgate); Pauta 8 – registro legislação novo Plano de Benefícios e Plano de Custeio; Pauta 9 – Análise pela consultoria de fundos; Pauta 10 – Emissão relatórios "Due Diligence" 1º semestre 2025, 2º semestre 2025 e 1º semestre 2026; Pauta 11 - assuntos gerais (cursos e demais assuntos). Os documentos que embasaram as discussões foram relatórios emitidos pela empresa de consultoria Referência de conjuntura econômica, enquadramento, rentabilidade x meta, APRs, e-mails de análises, alocação e riscos, além dos relatórios financeiros e contábeis do RPPS:

Pauta 1 - Em relação ao cenário econômico e financeiro foi realizada discussão com base no relatório construído pela empresa de assessoria do RPPS Referência constante no Anexo I da presente ata do qual faz parte integrante, verificando que Agosto/2026: O cenário macroeconômico se tornou mais desafiador ao longo de agosto, tanto pelo ambiente externo quanto pela evolução da atividade doméstica. Nos Estados Unidos, a combinação entre demanda privada ainda resiliente, inflação persistentemente acima da meta, condições financeiras pouco restritivas e renovação dos choques de oferta levou a uma revisão relevante das expectativas para a política monetária americana — fatores que ganharam ainda mais peso com apostura mais dura (hawkish) adotada por Kevin Warsh, presidente do Federal Reserve. No Brasil, a composição do PIB do segundo trimestre de 2026 reforçou os sinais de perda de dinamismo dos componentes mais cíclicos, com destaque para a retração do consumo das famílias, levando a revisões nas projeções de crescimento para 1,7% em 2026 e 1,3% em 2027(ante 1,5% anteriormente). A combinação entre condições financeiras externas mais restritivas, menor contribuição do crédito e desaceleração da demanda doméstica aponta para um cenário de crescimento mais fraco, enquanto a persistência dos choques de oferta mantém o balanço de riscos para a inflação ainda inclinado para cima.

Cenário internacional: Nos Estados Unidos, os dados de inflação referentes a julho vieram em linha com as expectativas: o CPI ficou em 0,1%M/M no índice cheio e 0,2% M/M no núcleo, enquanto o deflator do PCE registrou 0,2% M/M tanto no índice cheio quanto no núcleo. Na comparação anual, os núcleos seguiram praticamente estáveis, em 2,5% para o CPI e 3,3% para o PCE. Diversos membros do FOMC sinalizaram insatisfação com o ritmo de convergência da inflação para a meta de 2% —posição reforçada por Kevin Warsh no Simpósio de Jackson Hole, o que levou o mercado a elevar a probabilidade de alta de juros na reunião de setembro de cerca de 35% para em torno de 65%.

O discurso de Warsh sugere um viés de alta relevante para a taxa de juros americana: o presidente do Fed afirmou que o mercado de trabalho está em equilíbrio, que as condições financeiras seguem frouxas e que gostaria de ver a inflação convergindo para a meta de

forma clara e com velocidade — combinação que, na leitura de mercado, é claramente altista para os juros. Ainda que não haja convicção de que a alta ocorrerá já na próxima reunião, esse viés tende a se materializar ainda este ano.

Na Europa, os dados seguem indicando uma economia firme, com as projeções de crescimento para o ano revisadas para cima. Os riscos, no entanto, permanecem: além do custo mais elevado de energia em razão do conflito no Oriente Médio, o nível dos rios e os reservatórios de gás podem pressionar a inflação e reduzir o crescimento adiante. O BCE mantém postura de vigilância, e o mercado já projeta nova alta de juros em setembro. Na China, a dinâmica segue dual: os setores ligados às exportações apresentam melhor desempenho, enquanto os dependentes da demanda interna seguem mais fracos. Como o motor externo permanece resiliente e o PIB está dentro da faixa da meta de crescimento do ano, ainda não há urgência por novos estímulos por parte do governo chinês.

Cenário doméstico: No Brasil, acumulam-se dados de atividade econômica sugerindo que a desaceleração está em curso, mais recentemente também refletida no mercado de trabalho. Ainda que a parcela da inflação mais atrelada ao ciclo econômico esteja pressionada, a piora da atividade — em especial do mercado de trabalho — sugere que essa componente pode arrefecer adiante. Nesse sentido, a deterioração da atividade abre espaço para que a taxa Selic em 2027 seja substancialmente mais baixa do que a verificada em 2026 e do que atualmente precificada pelo mercado.

Por outro lado, a combinação entre o ciclo de aperto monetário nos Estados Unidos e a trajetória de queda da Selic no Brasil reduz de forma expressiva o diferencial de juros — variável-chave para a determinação da taxa de câmbio. No campo da inflação, houve alguma melhora: o índice geral e os núcleos desaceleraram, mas os serviços ainda preocupam, e as expectativas seguem acima da meta e em trajetória de alta, sobretudo para os horizontes de 2027 e 2028. Com a inflação ainda fora da meta, o Banco Central mantém postura cautelosa, o que segue limitando o otimismo em relação aos ativos domésticos.

Novos cortes de juros devem depender do comportamento do câmbio, das expectativas de inflação, de sinais mais claros de desaceleração da economia e do cenário externo — mesmo com espaço para ajustes adiante, a Selic deve permanecer empatamar elevado por um período prolongado. Indicadores de inflação

O IPCA recuou 0,32% em agosto, registrando a maior deflação mensal em quatro anos, puxada principalmente pela queda nos preços de energia elétrica. Com esse resultado, a inflação acumulada em 12 meses permanece dentro do intervalo de tolerância da meta definida pelo Banco Central — desde 2025, o sistema de metas contínuas prevê inflação de 3%, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, equivalente a um intervalo entre 1,5% e 4,5%. O INPC também recuou 0,32% no mês, com o grupo de habitação como principal responsável pela queda do índice.

Fiscal e cenário eleitoral : A ausência de estabilização da dívida pública mantém o prêmio de risco fiscal elevado. A Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027 reforçou essa leitura negativa: o orçamento combina premissas macroeconômicas otimistas comum superávit primário cheio de apenas 0,13% do PIB, enquanto o cumprimento formal da meta de 0,5% depende da exclusão de R$ 64,7 bilhões em despesas. O resultado segue insuficiente para estabilizar a dívida, sobretudo diante do elevado custo de juros e da rigidez das despesas obrigatórias.

No cenário eleitoral, Lula e Flávio Bolsonaro seguem como cenário-base para o segundo turno, com a disputa em empate técnico dentro da margem de erro e elevado grau de rejeição a ambos os campos. A combinação entre corrida acirrada, incerteza fiscal e

ausência de uma terceira via competitiva deve manter elevado o prêmio de risco eleitoral sobre câmbio e juros nos próximos meses.

Agosto reforçou um cenário de maior complexidade: no exterior, a postura mais dura do Fed eleva o risco de juros americanos mais altos por mais tempo; no Brasil, a desaceleração da atividade — especialmente do mercado de trabalho — abre espaço para uma Selic estruturalmente mais baixa em 2027, mas o curto prazo ainda exige cautela diante da inflação de serviços resistente, das expectativas desancoradas e do elevado prêmio de risco fiscal e eleitoral. Diante desse cenário, mantemos recomendação concentrada em ativos de menor volatilidade, com destaque para as estratégias referenciadas DI e para os títulos de curto prazo. Os títulos indexados à inflação de prazos mais longos, que já apresentaram recuperação relevante em agosto, seguem representando oportunidade, mas a exposição deve continuar sendo conduzida de forma gradual e compatível com o perfil de risco de cada RPPS — uma alocação mais estrutural nessa classe depende da confirmação de sinais mais consistentes de desaceleração da inflação e de maior clareza no quadro fiscal e eleitoral. Na renda variável, mantemos visão construtiva para o médio e longo prazo, com recomendação de seletividade e gestão ativa diante das incertezas ainda presentes no cenário doméstico e internacional. De forma geral, o ambiente segue exigindo disciplina, diversificação e planejamento de longo prazo, com atenção redobrada aos desdobramentos da política monetária americana, do quadro fiscal brasileiro e do calendário eleitoral nos próximos meses.

Pauta 2 – A carteira do RPPS foi analisada com base no relatório de investimentos do período de agosto/2026, observando: rentabilidade no período: 1,15%; meta atuarial período: 0,15%; aderência à Política de investimentos vigente; distribuição por segmento de aplicação; diversificação e concentração de ativos; instituições financeiras investidas. No período obteve-se a rentabilidade no valor de R$ 968.448,27 (novecentos e sessenta e oito mil quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte e sete centavos), passando assim o patrimônio total do FAPES a ser de R$ 84.827.865,37 (oitenta e quatro milhões oitocentos e vinte e sete mil oitocentos e sessenta e cinco reais e trinta e sete centavos). O patrimônio do FAPES encontra-se alocado nas instituições financeiras, devidamente credenciadas, e distribuídos conforme relatório de enquadramento que faz parte integrante da presente ata. Concluiu-se que a carteira encontra-se em conformidade, conforme relatórios anexados ao presente do qual fazem parte integrante.

Pauta 3 – Após análise do cenário econômico, Política de Investimentos e Resolução CMN 5272/2025, vez que o RPPS de Cerro Largo não possui certificação institucional pró gestão, conforme a atual distribuição da carteira de investimentos do RPPS, considerando o respectivo cenário econômico e suas perspectivas, com base na Resolução CMN 5272/2025 para fins de aportes e alocações de forma estratégica e segura (diante da atual conjuntura econômica de juros elevados, inflação sob pressão, incertezas fiscais e políticas, o que reforça a atratividade de fundos de renda fixa referenciados ao CDI que oferecem rentabilidade alinhada à Selic / IRF-M 1, baixo risco de crédito e liquidez imediata D+0, SELIC em agosto em 14%), sugerimos a manutenção das aplicações nos fundos já utilizados por esse RPPS, mantendo uma estratégia prudente e conservadora, voltada à preservação do patrimônio com ativos de curto e médio prazo, título indexados à inflação e sempre observando a relação entre risco, retorno e aderência às necessidades atuariais do RPPS. As novas aplicações em fundos devem observar esses mesmos parâmetros realizando os novos investimentos em fundos enquadrados no artigo 7º, inciso I que já utilizamos, mantendo a alocação em ativos de caráter defensivo, especialmente fundos de renda fixa referenciados ao CDI e com liquidez imediata (D+0), vez que oferecem

rentabilidade previsível, liquidez imediata e baixo risco - segurança, contribuindo para o equilíbrio e preservação do patrimônio previdenciário e assegurando aderência às diretrizes legais e atuariais do RPPS e distribuição de ativos entre as instituições credenciadas, uma vez que o patamar da SELIC continua elevado proporcionando boa relação retorno e risco dentro da postura conservadora desse RPPS, contribuindo para a preservação do patrimônio diante das oscilações do cenário econômico, fiscal e político - proximidade das eleições - e incertezas do cenário internacional. Assim, as opções para aportes são, considerando a rentabilidade, risco e compatibilidade com a Política de Investimentos vigente:

SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA
CNPJ:24.634.187/0001-43
Enquadramento :5272/25: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF
Disponibilidade dos recursos: D+0
Objetivo do Fundo: Aplica seus recursos em ativos e derivativos de renda fixa remunerados à taxa flutuante em CDI ou Selic

OU
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP
CNPJ: 21.743.480/0001-50
Enquadramento:5272: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF
Nível Pró Gestão: Acessível a todos os RPPS.
Disponibilidade dos recursos: D+0
Objetivo do Fundo: Obter ganhos de capital alocando seus recursos em ativos e derivativos de renda fixa remunerados à taxa flutuante em CDI ou Selic

OU
BB PERFIL SOBERABO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP
CNPJ 63.197.167/0001-04
Enquadramento :5272/25: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF
Disponibilidade dos recursos: D+0
Objetivo do Fundo*: Acompanhar a variação do IRF-M 1*
Característica do Ativo*:* Mantém, no mínimo, 80% em ativos cuja rentabilidade esteja atrelada à variação da taxa de juros doméstica e/ou de índices de preços. Do total investido, 70% dos recursos devem ser alocados em FIs que tenha como parâmetro de rentabilidade o IRF-M.

OU
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP
CNPJ: 05.164.356/0001-84
Enquadramento :5272/25: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF
Taxa de Adm. e Gestão: 0,20%
Disponibilidade dos recursos: D+0
Objetivo do Fundo: Obter rentabilidade que acompanhe a variação do CDI

Taxa de Administração

BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP
CNPJ: 11.311.874/0001-86
Enquadramento:5272: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF
Nível Pró Gestão: Acessível a todos os RPPS.
Disponibilidade dos recursos: D+0
Objetivo do Fundo: Aplica seus recursos, principalmente, em ativos e derivativos de renda fixa, com estratégia que proteja de riscos de perdas e volatilidade.

Assim, as opções para resgates são, considerando os atuais investimentos, a rentabilidade, risco e compatibilidade com a Política de Investimentos vigente, cenário econômico, restrições da Resolução CMN 5272/2025, sugestões da empresa de consultoria, quais sejam: Liquidez imediata (D+0): requisito fundamental para assegurar a disponibilidade dos recursos na data prevista; saldo disponível: condição necessária para viabilizar o resgate; e adequação ao cenário econômico: diante da manutenção da taxa Selic em patamar elevado e das expectativas de inflação, torna-se imprescindível adotar uma postura cautelosa na alocação dos recursos:

BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP
CNPJ: 21.743.480/0001-50
Enquadramento:5272: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF
Nível Pró Gestão: Acessível a todos os RPPS.
Disponibilidade dos recursos: D+0
Objetivo do Fundo: Obter ganhos de capital alocando seus recursos em ativos e derivativos de renda fixa remunerados à taxa flutuante em CDI ou Selic

OU
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP
CNPJ:13.077.418/0001-49
Enquadramento :5272/25: Art. 7º V - Fundos ou ETF de Renda Fixa em Geral
Disponibilidade dos recursos: D+0
Objetivo do Fundo: Obter rentabilidade que acompanhe a variação do CDI.

OU
CAIXA BRASIL IDKA PICA 2 A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP
CNPJ: 14.386.926/0001-71
Enquadramento :5272/25: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF
Disponibilidade dos recursos: D+0
Objetivo do Fundo: Obter rentabilidade que acompanhe a variação do IDKA 2 A.

Taxa de Administração
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP
CNPJ: 11.311.874/0001-86
Enquadramento:5272: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF
Nível Pró Gestão: Acessível a todos os RPPS.
Disponibilidade dos recursos: D+0

Objetivo do Fundo: Aplica seus recursos, principalmente, em ativos e derivativos de renda fixa, com estratégia que proteja de riscos de perdas e volatilidade.

Assim, considerando ainda a diversificação de instituições financeiras e taxas de transferência bancária, cenário econômico, restrições da Resolução CMN 5272/2025 e sugestões da empresa de consultoria, opta por aplicar e resgatar valores nas próprias instituições em que recebe valores a título de arrecadação vez que a rentabilidade apresentada dos fundos acaba sendo muito semelhante em virtude das variações atualmente existente, evitando assim o pagamento desnecessário de taxas para alocação em fundo com igual rentabilidade de outra instituição financeira, mantendo assim a distribuição de valores entre as instituições credenciadas (exemplo: recebimento de valores arrecadação Câmara de Vereadores, servidor licenciado e compensação previdenciária). O valor de compensação previdenciária recebida em conta do Banco do Brasil foi aplicada em fundo que possuímos do próprio Banco do Brasil enquadrado no artigo 7º, I (**BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIFCIC RENDA FIXA REFERNCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP**). Os valores de arrecadação do servidor licenciado e arrecadação mensal foram alocados no fundo Banrisul Absoluto enquadrado no artigo 7º, I, que também pode ser utilizado para o pagamento dos benefícios (disponibilidade dos recursos D+0 e saldo disponível para efetivar a operação - **BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP**). O recolhimento dos valores de arrecadação da Câmara de Vereadores pagos em conta do Sicredi foram investidos em fundo que possuímos no próprio Sicredi enquadrado no artigo 7º, I (**SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA**), mantendo-se as movimentações de investimentos nos fundos enquadrados no artigo 7º, inciso I que já tínhamos, otimizando e evitando assim o pagamento de taxas bancárias de transferência. Para o pagamento dos benefícios foi realizado resgate do fundo **BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP** em virtude da sua rentabilidade e disponibilidade dos recursos na data prevista. A arrecadação do maior valor a título de contribuição previdenciária parte servidor, patronal e passivo realizada até o 10º dia útil foi investida em fundo da **CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA** para possibilitar a diversificação de alocação de valores nas instituições financeira nas quais realizamos aplicações vez que o pagamento dos benefícios vem sendo realizado através de conta específica junto à Caixa, bem como os valores recolhidos a título dos parcelamentos previdenciários. Para o pagamento das despesas administrativas foram realizadas os resgates da conta específica que possuímos da taxa de administração junto ao Banrisul - **BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP -** assim como o devido recolhimento da arrecadação devida a título de taxa de administração.

Pauta 4 - Foi verificado o enquadramento da carteira em relação aos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, especialmente na Resolução CMN 5272/2025. Registra-se que considerando a nova Resolução CMN 5272/2025 a qual estabelece um prazo de até dois anos para ajuste da carteira de investimentos em relação aos fundos não enquadrados devido a não possuirmos certificação institucional, não sendo considerados como inobservância aos limites e requisitos estabelecidos os desenquadramentos, não devendo ser realizado novo aporte nesses fundos não enquadrados por certificação institucional.

Pauta 5 – Foram avaliados os principais riscos associados à carteira: risco de mercado, crédito, liquidez e sistêmicos com base nos relatórios técnico e indicadores de desempenho em conjunto com base em relatório de conjuntura econômica e financeira emitido pela

empresa que presta assessoria ao RPPS – Referência, o qual faz parte integrante da presente ata como anexo.

Pauta 6 – Em relação ao acompanhamento da suficiência financeira, competência agosto/2026, com base nos relatórios contábeis e na execução orçamentária, verifica-se que o mês apresentou suficiência financeira, caso incluirmos os valores a título de rendimentos dos investimentos. Não ocorreu o repasse do valor de alíquota patronal suplementar dos ativos da Prefeitura, assim, caso considerarmos a inclusão dos valores dos rendimentos das aplicações temos suficiência financeira, porém não possuindo nesse mês de agosto sobra líquida de recursos para aplicação nos fundos em virtude dos valores recolhidos a título de arrecadação e valores pagos dos benefícios previdenciários.

Pauta 7 – ratifica e registra as autorizações de aplicações e resgates (APRs) para o mês de agosto/2026 de números 115 até 135/2026, cujos documentos ficarão arquivados em pastas específicas, sendo o DAIR assinado e enviado em 16/09/2026 no sistema CADPREV.

Pauta 8 – registra a publicação da Lei Complementar Municipal 04/2026 e a Lei Municipal 3406/2026 que estabeleceu o novo Plano de Benefícios no Município e em virtude desse novo Plano de Benefícios a alteração do Plano de Custeio;

Pauta 9 – Foi realizada a análise pela empresa de consultoria em julho do Fundo BB PERFIL SOBERADNO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVDIENCIÁRIO LP, CNPJ 63.197.167/0001-04 e fundo SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS HIPER RESP LIMITADA FIF CIC REFERENCIADO DI, CNPJ 34.246.448/0001-01.

Pauta 10 – Registra e emissão dos relatórios "Due Diligence" 1º semestre 2025, 2º semestre 2025 e 1º semestre 2026 pela empresa de consultoria Referência Gestão e Risco com a análise da carteira do RPPS de Cerro Largo em cada um dos semestres;

Pauta11 - sem assuntos gerais. ANEXOS: Relatório cenário econômico financeiro empresa Referência; Relatório rentabilidade x meta RPPS; Relatório enquadramento; Relatório Conjuntura Econômica e Financeira 08/2026; Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

PARECER ATA 16/2026 DO COMITÊ DE NVESTIMENTOS AO CONSELHO DELIBERATIVO

Atendendo os requisitos de aderência ao Nível II do Pró Gestão RPPS, o presente Comitê de Investimentos, emite o seguinte relatório com a rentabilidade, controle de risco e aderência das alocações à Política de Investimentos, em relação ao mês de julho de 2026

Indicadores Econômicos:
Para finalidade de análise de indicadores econômicos utilizamos o relatório elaborado pela empresa Referência Gestão e Risco de conjuntura econômica e financeira de AGOSTO/2026 o qual utilizamos como base para as análises e decisões, o qual faz parte integrante do presente parecer.

Investimentos Rentabilidade x Meta:
Após o cenário econômico passou-se a análise em relação aos investimentos do FAPES no mês de agosto/2026:
A carteira do RPPS foi analisada com base no relatório de investimentos do período de agosto/2026, observando: rentabilidade no período: 1,15%; meta atuarial período: 0,15%; aderência à Política de investimentos vigente; distribuição por segmento de aplicação; diversificação e concentração de ativos; instituições financeiras investidas. No período obteve-se a rentabilidade no valor de R$ 968.448,27 (novecentos e sessenta e oito mil quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte e sete centavos), passando assim o patrimônio total do FAPES a ser de R$ 84.827.865,37 (oitenta e quatro milhões oitocentos e vinte e sete mil oitocentos e sessenta e cinco reais e trinta e sete centavos). O patrimônio do FAPES encontra-se alocado nas instituições financeiras, devidamente credenciadas, e distribuídos conforme relatório de enquadramento que faz parte integrante da presente ata. Concluiu-se que a carteira encontra-se em conformidade, conforme relatórios anexados ao presente do qual fazem parte integrante.
Após análise do cenário econômico, Política de Investimentos e Resolução CMN 5272/2025, vez que o RPPS de Cerro Largo não possui certificação institucional pró gestão, conforme a atual distribuição da carteira de investimentos do RPPS, considerando o respectivo cenário econômico e suas perspectivas, com base na Resolução CMN 5272/2025 para fins de aportes e alocações de forma estratégica e segura (diante da atual conjuntura econômica de juros elevados, inflação sob pressão, incertezas fiscais e políticas, o que reforça a atratividade de fundos de renda fixa referenciados ao CDI que oferecem rentabilidade alinhada à Selic / IRF-M 1, baixo risco de crédito e liquidez imediata D+0, SELIC em agosto em 14%), sugerimos a manutenção das aplicações nos fundos já utilizados por esse RPPS, mantendo uma estratégia prudente e conservadora, voltada à preservação do patrimônio com ativos de curto e médio prazo, título indexados à inflação e sempre observando a relação entre risco, retorno e aderência às necessidades atuariais do RPPS. As novas aplicações em fundos devem observar esses mesmos parâmetros realizando os novos investimentos em fundos enquadrados no artigo 7º, inciso I que já utilizamos, mantendo a alocação em ativos de caráter defensivo, especialmente fundos de renda fixa referenciados ao CDI e com liquidez imediata (D+0), vez que oferecem rentabilidade previsível, liquidez imediata e baixo risco - segurança, contribuindo para o equilíbrio e preservação do patrimônio previdenciário e assegurando aderência às diretrizes legais e atuariais do RPPS e distribuição de ativos entre as instituições credenciadas, uma vez que o patamar da SELIC continua elevado proporcionando boa relação retorno e risco

dentro da postura conservadora desse RPPS, contribuindo para a preservação do patrimônio diante das oscilações do cenário econômico, fiscal e político - proximidade das eleições - e incertezas do cenário internacional. Assim, as opções para aportes são, considerando a rentabilidade, risco e compatibilidade com a Política de Investimentos vigente:

SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA
CNPJ:24.634.187/0001-43
Enquadramento :5272/25: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF
Disponibilidade dos recursos: D+0
Objetivo do Fundo: Aplica seus recursos em ativos e derivativos de renda fixa remunerados à taxa flutuante em CDI ou Selic
OU
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP
CNPJ: 21.743.480/0001-50
Enquadramento:5272: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF
Nível Pró Gestão: Acessível a todos os RPPS.
Disponibilidade dos recursos: D+0
Objetivo do Fundo: Obter ganhos de capital alocando seus recursos em ativos e derivativos de renda fixa remunerados à taxa flutuante em CDI ou Selic
OU
BB PERFIL SOBERABO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP
CNPJ 63.197.167/0001-04
Enquadramento :5272/25: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF
Disponibilidade dos recursos: D+0
Objetivo do Fundo*: Acompanhar a variação do IRF-M 1*
Característica do Ativo*:* Mantém, no mínimo, 80% em ativos cuja rentabilidade esteja atrelada à variação da taxa de juros doméstica e/ou de índices de preços. Do total investido, 70% dos recursos devem ser alocados em FIs que tenha como parâmetro de rentabilidade o IRF-M.
OU
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP
CNPJ: 05.164.356/0001-84
Enquadramento :5272/25: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF
Taxa de Adm. e Gestão: 0,20%
Disponibilidade dos recursos: D+0
Objetivo do Fundo: Obter rentabilidade que acompanhe a variação do CDI

Taxa de Administração
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP
CNPJ: 11.311.874/0001-86
Enquadramento:5272: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF
Nível Pró Gestão: Acessível a todos os RPPS.
Disponibilidade dos recursos: D+0
Objetivo do Fundo: Aplica seus recursos, principalmente, em ativos e derivativos de renda fixa, com estratégia que proteja de riscos de perdas e volatilidade.

Assim, as opções para resgates são, considerando os atuais investimentos, a rentabilidade, risco e compatibilidade com a Política de Investimentos vigente, cenário econômico, restrições da Resolução CMN 5272/2025, sugestões da empresa de consultoria, quais sejam: Liquidez imediata (D+0): requisito fundamental para assegurar a disponibilidade dos recursos na data prevista; saldo disponível: condição necessária para viabilizar o resgate; e adequação ao cenário econômico: diante da manutenção da taxa Selic em patamar elevado e das expectativas de inflação, torna-se imprescindível adotar uma postura cautelosa na alocação dos recursos:

BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP
CNPJ: 21.743.480/0001-50
Enquadramento:5272: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF
Nível Pró Gestão: Acessível a todos os RPPS.
Disponibilidade dos recursos: D+0
Objetivo do Fundo: Obter ganhos de capital alocando seus recursos em ativos e derivativos de renda fixa remunerados à taxa flutuante em CDI ou Selic
OU
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP
CNPJ:13.077.418/0001-49
Enquadramento :5272/25: Art. 7º V - Fundos ou ETF de Renda Fixa em Geral
Disponibilidade dos recursos: D+0
***Objetivo do Fundo**:* Obter rentabilidade que acompanhe a variação do CDI.
OU
CAIXA BRASIL IDKA PICA 2 A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP
CNPJ: 14.386.926/0001-71
Enquadramento :5272/25: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF
Disponibilidade dos recursos: D+0
***Objetivo do Fundo**:* Obter rentabilidade que acompanhe a variação do IDKA 2 A.

Taxa de Administração
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP
CNPJ: 11.311.874/0001-86
Enquadramento:5272: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF
Nível Pró Gestão: Acessível a todos os RPPS.
Disponibilidade dos recursos: D+0
Objetivo do Fundo: Aplica seus recursos, principalmente, em ativos e derivativos de renda fixa, com estratégia que proteja de riscos de perdas e volatilidade.

Assim, considerando ainda a diversificação de instituições financeiras e taxas de transferência bancária, cenário econômico, restrições da Resolução CMN 5272/2025 e sugestões da empresa de consultoria, opta por aplicar e resgatar valores nas próprias instituições em que recebe valores a título de arrecadação vez que a rentabilidade apresentada dos fundos acaba sendo muito semelhante em virtude das variações atualmente existente, evitando assim o pagamento desnecessário de taxas para alocação em fundo com igual rentabilidade de outra instituição financeira, mantendo assim a distribuição de valores entre as instituições credenciadas (exemplo: recebimento de valores arrecadação Câmara de Vereadores, servidor licenciado e compensação previdenciária). O

valor de compensação previdenciária recebida em conta do Banco do Brasil foi aplicada em fundo que possuímos do próprio Banco do Brasil enquadrado no artigo 7º, I (**BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIFCIC RENDA FIXA REFERNCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP**). Os valores de arrecadação do servidor licenciado e arrecadação mensal foram alocados no fundo Banrisul Absoluto enquadrado no artigo 7º, I, que também pode ser utilizado para o pagamento dos benefícios (disponibilidade dos recursos D+0 e saldo disponível para efetivar a operação - **BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP**). O recolhimento dos valores de arrecadação da Câmara de Vereadores pagos em conta do Sicredi foram investidos em fundo que possuímos no próprio Sicredi enquadrado no artigo 7º, I (**SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA**), mantendo-se as movimentações de investimentos nos fundos enquadrados no artigo 7º, inciso I que já tínhamos, otimizando e evitando assim o pagamento de taxas bancárias de transferência. Para o pagamento dos benefícios foi realizado resgate do fundo **BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP** em virtude da sua rentabilidade e disponibilidade dos recursos na data prevista. A arrecadação do maior valor a título de contribuição previdenciária parte servidor, patronal e passivo realizada até o 10º dia útil foi investida em fundo da **CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA** para possibilitar a diversificação de alocação de valores nas instituições financeira nas quais realizamos aplicações vez que o pagamento dos benefícios vem sendo realizado através de conta específica junto à Caixa, bem como os valores recolhidos a título dos parcelamentos previdenciários. Para o pagamento das despesas administrativas foram realizadas os resgates da conta específica que possuímos da taxa de administração junto ao Banrisul - **BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP** - assim como o devido recolhimento da arrecadação devida a título de taxa de administração.

Política de Investimentos:
Em relação a Política de Investimentos foi verificado o enquadramento da carteira em relação aos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, especialmente na Resolução CMN 5272/2025. Registra-se que considerando a nova Resolução CMN 5272/2025 a qual estabelece um prazo de até dois anos para ajuste da carteira de investimentos em relação aos fundos não enquadrados devido a não possuirmos certificação institucional, não sendo considerados como inobservância aos limites e requisitos estabelecidos os desenquadramentos, não devendo ser realizado novo aporte nesses fundos não enquadrados por certificação institucional.

Cerro Largo, RS, 24 de setembro de 2026.

Elisandra Neunfeld
Membro Comitê de Investimentos

Rodrigo Moscon Kuhn
Membro Comitê de Investimentos

SGI - Sistema de Gestão em Investimentos

Agosto/2026.

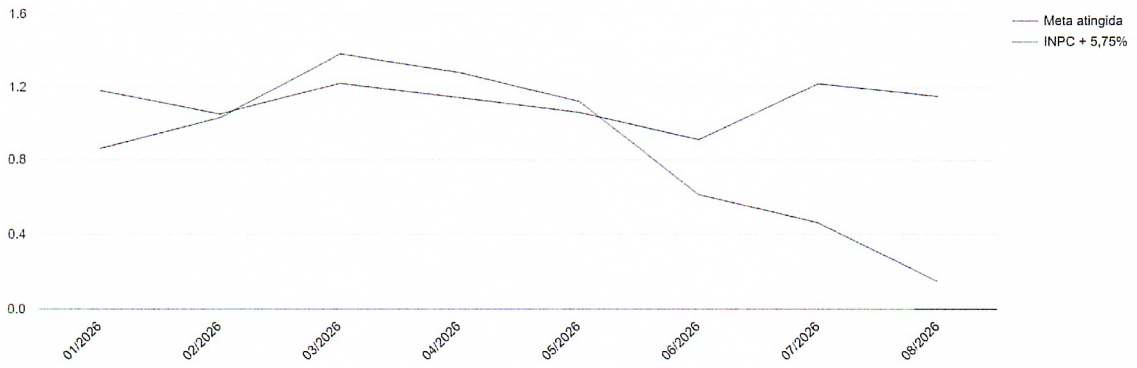
Relatório Rentabilidade x Meta RPPS - CERRO LARGO

RELATÓRIO DA RENTABILIDADE - RPPS: CERRO LARGO - 08/2026			
Fundo de investimento	**Rendimentos R$**	**% Rentab. Ano**	**% Meta de 2026**
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	R$ 1.971.184,27	9,34%	**131,91%**
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	R$ 43.123,15	9,07%	**128,00%**
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R$ 348.453,04	8,97%	**126,67%**
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	R$ 170.437,06	9,03%	**127,51%**
BB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R$ 119.546,88	6,51%	**91,89%**
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R$ 67.041,47	9,04%	**127,67%**
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	R$ 1.182.665,72	9,45%	**133,33%**
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R$ 10.147,72	10,58%	**149,40%**
CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	R$ 33.192,26	7,00%	**98,78%**
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	R$ 190.911,79	8,93%	**126,05%**
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	R$ 286.209,60	9,02%	**127,33%**
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	R$ 37.389,47	6,56%	**92,63%**
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	R$ 63.445,74	9,14%	**129,07%**
CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	R$ 264.680,79	9,38%	**132,39%**
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	R$ 938.136,46	9,42%	**132,94%**
ISHARES IBOVESPA RESP LIMITADA FUNDO DE ÍNDICE - BOVA11	R$ 984,01	10,47%	**147,85%**
LF SANTANDER (11/03/2027)	R$ 103.975,02	9,30%	**131,30%**
LF SANTANDER (11/10/2027)	R$ 93.545,19	8,58%	**121,12%**
SICREDI BAIXO RISCO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	R$ 121.780,98	9,32%	**131,51%**
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	R$ 1.134.522,97	9,38%	**132,39%**
BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	R$ 1.082,13	7,92%	**111,82%**
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	R$ 4.439,70	9,22%	**130,19%**
RENTABILIDADE ACUMULADA:	**R$ 7.186.895,44**		

RPPS	**CERRO LARGO**	
	Mensal	**Ano**
Data Base	**08/2026**	**2026**
Rentabilidade R$	**R$ 968.448,27**	**R$ 7.186.895,44**
Rentabilidade %	**1,15%**	**9,2981%**
Meta Política de Investimento		**INPC + 5,75%**
Meta periodo %	**0,15%**	**7,08%**
% alcançado da meta no período	**793,77%**	**131,25%**

Agosto/2026.

Gráfico - Rentabilidade x Meta (mês a mês)



"As informações dos relatórios são obtidas de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, onde a responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela empresa. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundos de investimento. Fundos de investimentos não contam com a garantia do administrador, gestor, de qualquer mecanismo seguro ou do fundo garantidor de crédito. Rentabilidade obtida no passado não é garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendado a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos".

RELATÓRIO ENQUADRAMENTO - FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR DE CERRO LARGO-FAPES

Fundo de investimento	Saldo	Enquadramento	% Recurso	Enquadramento segmento			PL Fundo	% PL Fundo	Limite de concentração	Por Certificação
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	23.404.419,47	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	27,59%	-	-	-	8.994.232.735,84	0,26%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	488.196,43	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	0,58%	-	-	-	562.060.139,33	0,09%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	4.231.484,76	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	4,99%	-	-	-	4.682.318.820,33	0,09%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	2.057.143,10	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	2,43%	-	-	-	4.076.287.041,73	0,05%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	981.048,56	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	1,16%	-	-	-	12.512.995.663,14	0,01%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	178.721,75	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	0,21%	-	-	-	3.982.072.460,72	0,00%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	351.630,49	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	0,41%	-	-	-	563.435.250,49	0,06%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	2.328.752,47	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	2,75%	-	-	-	3.131.275.333,50	0,07%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	2.720.436,91	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	3,21%	-	-	-	5.728.899.459,03	0,05%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	607.127,57	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	0,72%	-	-	-	2.321.214.848,60	0,03%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1.658.522,41	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	1,96%	-	-	-	11.557.868.375,97	0,01%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	629.458,88	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	0,74%	-	-	-	12.525.623.769,56	0,01%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	13.310.715,83	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	15,69%	-	-	-	9.571.032.977,10	0,14%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
-	-	-	-	**52.947.658,63**	**62,42%**	**ENQUADRADO**	-	-	-	-
BB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.955.865,46	Classe FI Renda Fixa - Art. 7º, V	2,31%	-	-	-	548.080.661,47	0,36%	ENQUADRADO	DESENQUADRADO
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	12.476.204,39	Classe FI Renda Fixa - Art. 7º, V	14,71%	-	-	-	18.835.245.508,03	0,07%	ENQUADRADO	DESENQUADRADO
CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	3.086.602,72	Classe FI Renda Fixa - Art. 7º, V	3,64%	-	-	-	8.813.259.955,13	0,04%	ENQUADRADO	DESENQUADRADO
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	10.527.137,96	Classe FI Renda Fixa - Art. 7º, V	12,41%	-	-	-	22.235.578.008,98	0,05%	ENQUADRADO	DESENQUADRADO
-	-	-	-	**28.045.810,53**	**33,06%**	**ENQUADRADO**	-	-	-	-
LF SANTANDER (11/03/2027)	1.221.783,89	Ativos RF - Art. 7º, VI	1,44%	-	-	-	0,00	0,00%	ENQUADRADO	DESENQUADRADO
LF SANTANDER (11/10/2027)	1.183.750,67	Ativos RF - Art. 7º, VI	1,40%	-	-	-	0,00	0,00%	ENQUADRADO	DESENQUADRADO
-	-	-	-	**2.405.534,56**	**2,84%**	**ENQUADRADO**	-	-	-	-
SICREDI BAIXO RISCO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	1.428.861,65	Classe FI Renda Fixa CP - Art. 7º, VII	1,68%	-	-	-	3.579.230.989,55	0,04%	ENQUADRADO	DESENQUADRADO
-	-	-	-	**1.428.861,65**	**1,68%**	**ENQUADRADO**	-	-	-	-
TOTAL APLICAÇÕES:	**84.827.865,38**			-	-	-	-	-	-	-

"As informações dos relatórios são obtidas de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, onde a responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela empresa. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundos de investimento. Fundos de investimentos não contam com a garantia do administrador, gestor, de qualquer mecanismo seguro ou do fundo garantidor de crédito. Rentabilidade obtida no passado não é garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendado a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos".

CONSULTA APR - FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR DE CERRO LARGO-FAPES

Número	Fundo de Investimento	CNPJ	Data	Valor R$	Lançamento	Cota	Qtd. Cotas	PL	Status	Publicado?
115	BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	21.743.480/0001-50	03/08/2026	136.930,79	Resgate	2,92014000	46.891,85792462	8.779.231.151,55	Gerado	Sim
116	BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	21.743.480/0001-50	05/08/2026	1.824,61	Resgate	2,92322000	624,17813233	8.804.170.976,82	Gerado	Sim
117	BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	11.311.874/0001-86	06/08/2026	3.582,16	Resgate	4,42250000	809,98530243	557.997.900,16	Gerado	Sim
118	BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	21.743.480/0001-50	10/08/2026	56.955,43	Resgate	2,92778000	19.453,45278675	8.723.566.536,81	Gerado	Sim
119	BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	63.197.167/0001-04	10/08/2026	66.808,74	Aplicação	1,07094974	62.382,70347064	2.306.281.169,01	Gerado	Sim
120	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	10/08/2026	535.098,75	Aplicação	7,34817500	72.820,63233388	12.883.153.965,80	Gerado	Sim
121	SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	24.634.187/0001-43	10/08/2026	20.552,28	Aplicação	1,88877960	10.881,24839976	9.081.903.250,49	Gerado	Sim
122	BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	11.311.874/0001-86	10/08/2026	17.384,33	Aplicação	4,42693000	3.926,94937575	554.674.360,56	Gerado	Sim
123	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	11/08/2026	5.262,77	Aplicação	7,35183600	715,84431426	12.851.226.132,78	Gerado	Sim
124	BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	11.311.874/0001-86	11/08/2026	329,10	Aplicação	4,42916000	74,30302811	558.239.600,43	Gerado	Sim
125	BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	11.311.874/0001-86	12/08/2026	300,00	Resgate	4,43138000	67,69900121	558.918.968,79	Gerado	Sim
126	BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	54.602.092/0001-09	17/08/2026	110.830,88	Resgate	1,27061227	87.226,35720992	4.648.805.780,19	Gerado	Sim
127	BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	63.197.167/0001-04	17/08/2026	107.450,10	Aplicação	1,07371849	100.072,87850654	2.846.923.747,31	Gerado	Sim
128	BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	21.743.480/0001-50	18/08/2026	2.997,40	Resgate	2,93701000	1.020,56172774	9.058.812.890,89	Gerado	Sim
129	BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	63.197.167/0001-04	18/08/2026	3.380,78	Aplicação	1,07426505	3.147,06320915	3.808.215.956,15	Gerado	Sim
130	BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	11.311.874/0001-86	20/08/2026	1.480,00	Resgate	4,44489000	332,96662010	557.442.793,67	Gerado	Sim
131	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	21/08/2026	84.657,66	Aplicação	7,38250900	11.467,32906116	12.970.685.683,24	Gerado	Sim
132	BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	11.311.874/0001-86	21/08/2026	478,00	Aplicação	4,44712000	107,48529385	559.113.626,33	Gerado	Sim
133	BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	11.311.874/0001-86	21/08/2026	4.567,50	Resgate	4,44712000	1.027,06920434	559.113.626,33	Gerado	Sim
134	BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	21.743.480/0001-50	28/08/2026	900.094,76	Resgate	2,94915000	305.204,80816507	8.735.488.524,19	Gerado	Sim
135	BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	11.311.874/0001-86	31/08/2026	895,62	Resgate	4,46051000	200,78869905	562.060.139,33	Gerado	Sim
			Aplicações:	**841.402,51**						
			Resgates:	**-1.220.459,15**						

"As informações dos relatórios são obtidas de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, onde a responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela empresa. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundos de investimento. Fundos de investimentos não contam com a garantia do administrador, gestor, de qualquer mecanismo seguro ou do fundo garantidor de crédito. Rentabilidade obtida no passado não é garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendado a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos".

MUNICÍPIO DE CERRO LARGO – RS
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
UNIDADE GESTORA DO RPPS
RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA SUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Art. 40 CF/88 – §1º, Art. 2º da Lei nº 9.717/98 – §1º, Art. 1º e Art. 69 da LRF

Ano de referência:	**2026**
Mês de referência:	**8**

PLANO PREVIDENCIÁRIO – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		
RECEITAS ELEGÍVEIS	**no mês**	**no ano**
	Valor	**Valor**
Contribuição servidor ativo	242.319,79	1.424.886,30
Contribuição servidor ativo Legislativo	4.607,39	25.294,74
Contribuição servidor inativo	56.819,04	336.693,22
Contribuição licenciados (servidor)	761,26	4.513,18
Contribuição patronal normal ativo	225.011,23	1.108.177,30
Contribuição patronal normal ativo Legislativo	4.278,30	23.487,99
Contribuição patronal normal inativo	1.929,93	11.603,00
Contribuição licenciados patronal normal	706,88	4.241,28
Contribuição patronal passivo ativo	237.789,32	2.621.205,02
Contribuição patronal passivo ativo Legislativo	11.666,58	64.049,88
Contribuição patronal passivo inativo	5.262,77	31.640,53
Contribuição licenciados patronal passivo	1.927,61	11.565,66
Parcelamentos Previdenciários	84.657,66	649.824,71
Rendimentos das Aplicações	968.448,27	7.104.972,81
Compensações Previdenciárias	70.932,51	508.969,04
Outras Receitas		1.057,57
Total das Receitas Elegíveis	**1.846.186,03**	**13.932.182,23**

DESPESAS ELEGÍVEIS	**no mês**	**no ano**
	Valor	**Valor**
Benefícios Previdenciários	1.100.900,85	6.615.742,03
Compensações Previdenciárias	5.974,54	36.673,00
Outras Despesas		143,13
Total das Despesas Elegíveis	**1.106.875,39**	**6.652.558,16**
Resultado Financeiro	**739.310,64**	**7.279.624,07**

PLANO ADMINISTRATIVO – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO			
RECEITAS ELEGÍVEIS	**no mês**	**no ano**	
	Valor	**Valor**	
Alíquota Normal	17.840,50	104.903,22	CV
Rendimentos das Aplicações	43.123,15	124.634,47	PM
Outras Receitas			RPPS
Total das Receitas Elegíveis	**60.963,65**	**229.537,69**	

DESPESAS ELEGÍVEIS	**no mês**	**no ano**
	Valor	**Valor**
Despesas Administrativas	10.401,66	170.798,92

Total das Despesas Elegíveis	10.401,66	170.798,92
Resultado Financeiro	50.561,99	58.738,77

Saldo Financeiro na conta da Taxa de Administração em 31/12/[ANO	58.738,77

Quantidade servidores ativos	453
Quantidade aposentados	184
Quantidade pensionistas	56

REFERÊNCIA

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR DE CERRO LARGO-FAPES

CONJUNTURA ECONÔMICA E FINANCEIRA

08/2026

Av. Getúlio Vargas 1151 – sala 1611 | Bairro: Menino Deus | CEP: 90150-005 | Porto Alegre/RS | Fone: (051) 3207.8059

INTRODUÇÃO

Neste relatório disponibilizamos a cojuntura econômica financeira para a gestão financeira do **RPPS**, com dados relevantes ao mês.

A EMPRESA tem como base o comprometimento, a ética profissional e a transparência na troca de informações com nossos clientes, ou seja, é a prestação de serviços de qualidade com o comprometimento das legislações vigentes.

Nosso trabalho consiste em analisar os produtos que o investidor apresente, nos baseando em um processo eficiente e fundamentado, processo esse que ande junto com os objetivos do investidor. Junto a isto podemos emitir um parecer quanto às características e risco de cada produto.

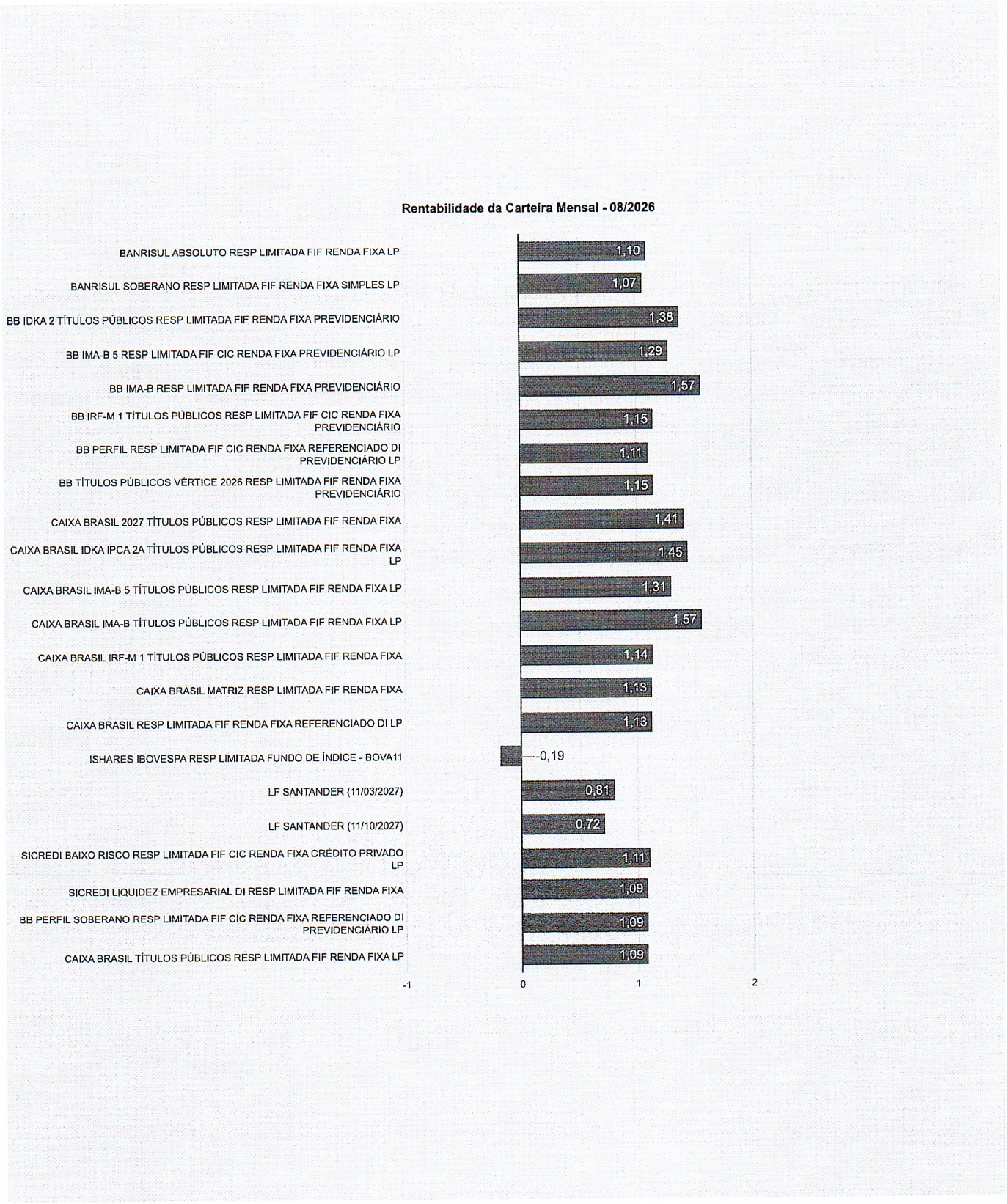
Com isso exposto, demostramos toda nossa transparência quanto às intituições financeiras e produtos por elas distribuídos, não nos permitindo a indicação de instituições financeiras.

Relatório para uso exclusivo do RPPS, não sendo permitida a reprodução ou distribuição por este a qualquer pessoa ou instituição, sem a autorização da EMPRESA. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela EMPRESA, observando-se a data que este relatório se refere.

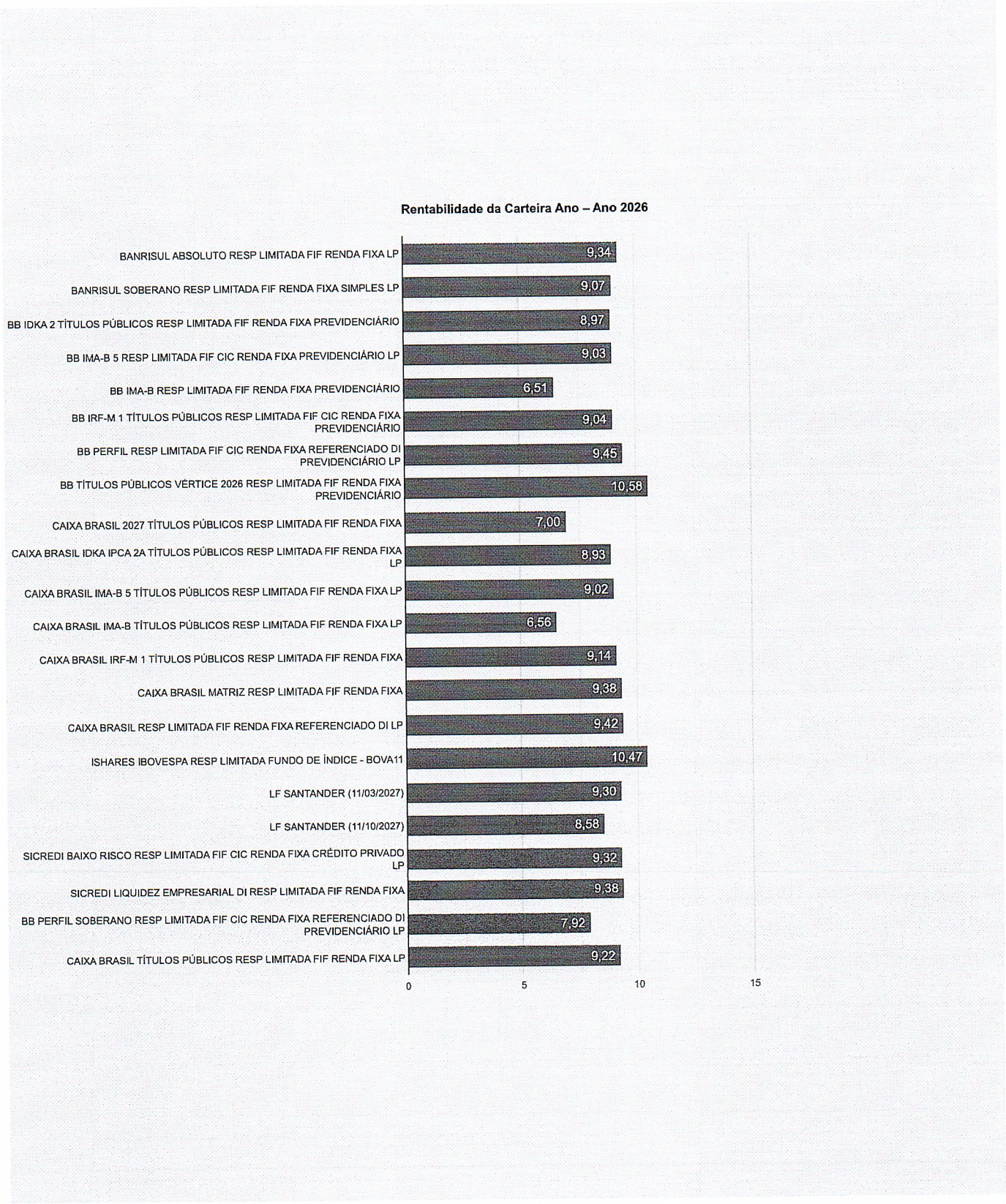
Abaixo apresentamos uma tabela onde informamos à rentabilidade em percentuais do mês, últimos seis meses e do ano. Também esta sendo demonstrado a rentabilidade em reais do mês e do ano. Ambas informações estão sendo utilizado a data-base do mês deste relatório.

RENTABILIDADE					
Fundos de Investimento	**08/2026 (%)**	**Últimos 6 meses (%)**	**No ano (%)**	**08/2026 (R$)**	**ANO (R$)**
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	1,10%	7,02%	9,34%	263.728,02	1.971.184,27
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	1,07%	6,81%	9,07%	5.154,85	43.123,15
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,38%	6,46%	8,97%	57.533,03	348.453,04
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	1,29%	6,48%	9,03%	26.138,45	170.437,06
BB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,57%	3,65%	6,51%	30.213,92	119.546,88
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,15%	6,70%	9,04%	11.137,19	67.041,47
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	1,11%	7,07%	9,45%	136.772,87	1.182.665,72
BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	1,09%	6,93%	7,92%	1.082,13	1.082,13
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,15%	8,03%	10,58%	695,37	10.147,72
CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1,41%	4,56%	7,00%	4.890,66	33.192,26
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	1,45%	6,42%	8,93%	33.262,25	190.911,79
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	1,31%	6,47%	9,02%	35.192,30	286.209,60
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	1,57%	3,69%	6,56%	9.413,13	37.389,47
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1,14%	6,78%	9,14%	18.758,54	63.445,74
CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1,13%	7,01%	9,38%	34.568,12	264.680,79
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	1,13%	7,08%	9,42%	117.540,97	938.136,46
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	1,09%	6,86%	9,22%	4.439,70	4.439,70
ISHARES IBOVESPA RESP LIMITADA FUNDO DE ÍNDICE - BOVA11	-0,19%	-5,70%	10,47%	0,00	984,01
LF SANTANDER (11/03/2027)	0,81%	7,46%	9,30%	9.758,69	103.975,02
LF SANTANDER (11/10/2027)	0,72%	6,91%	8,58%	8.471,07	93.545,19
SICREDI BAIXO RISCO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	1,11%	7,03%	9,32%	15.647,20	121.780,98
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1,09%	7,04%	9,38%	144.049,82	1.134.522,97
			Total:	**968.448,27**	**7.186.895,44**

O gráfico abaixo apresenta a rentabilidade dos fundos de investimento no mês de referência, evidenciando o desempenho individual de cada ativo no período. A visualização permite identificar a variação mensal dos resultados, conforme os fundos que compõem a carteira do RPPS.



O gráfico apresentado demonstra a rentabilidade acumulada dos fundos de investimento no ano corrente, permitindo o acompanhamento do desempenho dos ativos ao longo do período. A informação complementa a análise dos resultados, considerando a evolução da rentabilidade desde o início do exercício.



Enquadramento 5.272/2025 e suas alterações – Política de Investimento

Enquadramento	Valor Aplicado (R$)	% Aplicado	% Limite alvo	% Limite Superior	Status
Classe FI 100% TP - Art. 7º, I - Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	**52.947.658,63**	62,42%	99,50%	100,00%	**ENQUADRADO**
Classe FI Renda Fixa - Art. 7º, V - Classe FI Renda Fixa - Art. 7º, V	**28.045.810,53**	33,06%	-	45,00%	**ENQUADRADO**
Ativos RF - Art. 7º, VI - Ativos RF - Art. 7º, VI	**2.405.534,56**	2,84%	-	4,00%	**ENQUADRADO**
Classe FI Renda Fixa CP - Art. 7º, VII - Classe FI Renda Fixa CP - Art. 7º, VII	**1.428.861,65**	1,68%	-	2,50%	**ENQUADRADO**
Total:	**84.827.865,38**	100,00%	**99,50%**		

Na tabela abaixo mostramos a composição da carteira por fundo de investimentos do RPPS no mês deste relatório, na sequencia uma tabela com a composição dos investimentos por benchmark e um gráfico com a porcentagem investida em cada fundo de investimento.

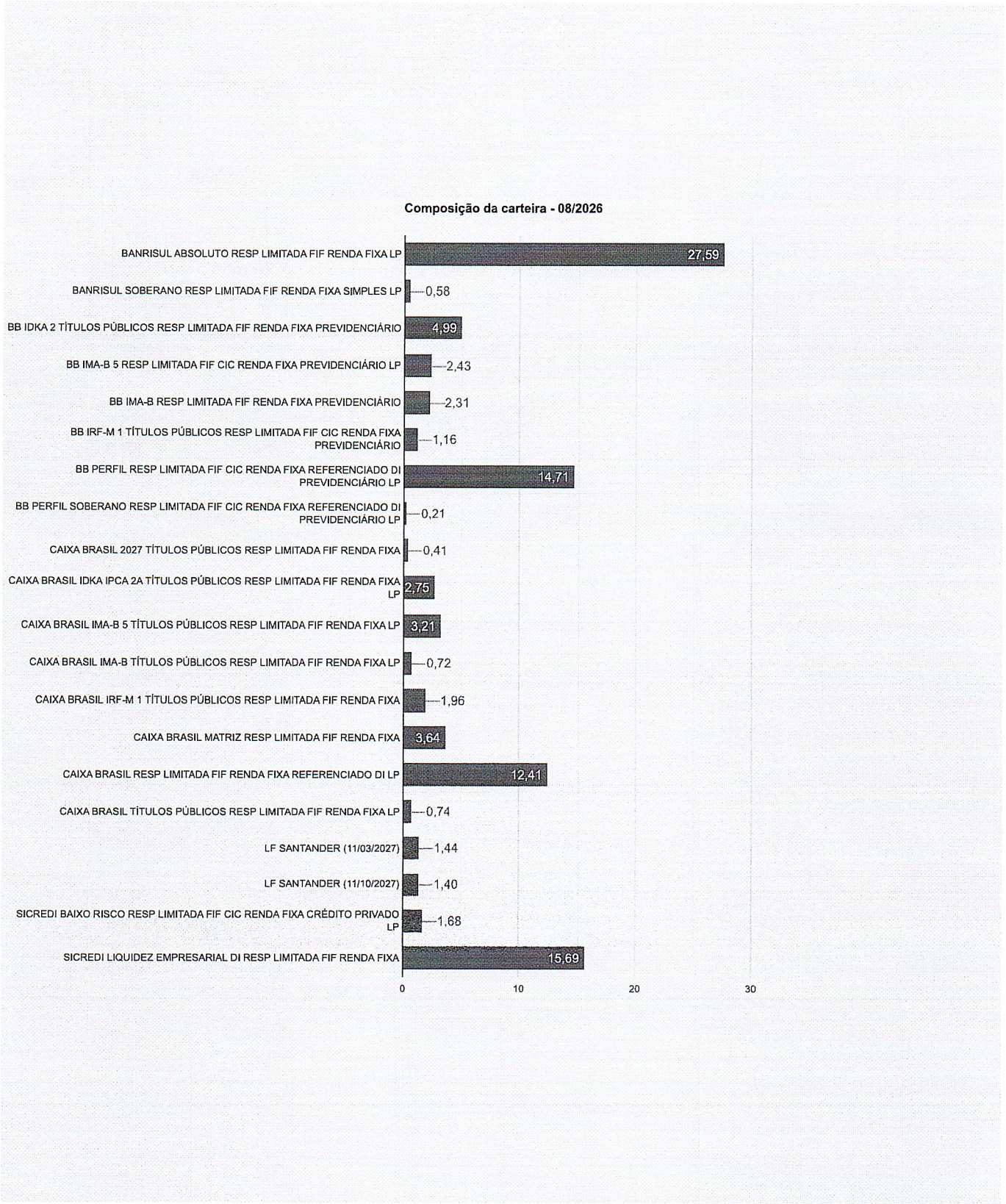
Composição da Carteira	08/2026	
	R$	%
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	23.404.419,47	27,59
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	488.196,43	0,58
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	4.231.484,76	4,99
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	2.057.143,10	2,43
BB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.955.865,46	2,31
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	981.048,56	1,16
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	12.476.204,39	14,71
BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	178.721,75	0,21
CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	351.630,49	0,41
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	2.328.752,47	2,75
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	2.720.436,91	3,21
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	607.127,57	0,72
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1.658.522,41	1,96
CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	3.086.602,72	3,64
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	10.527.137,96	12,41
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	629.458,88	0,74
LF SANTANDER (11/03/2027)	1.221.783,89	1,44
LF SANTANDER (11/10/2027)	1.183.750,67	1,40
SICREDI BAIXO RISCO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	1.428.861,65	1,68
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	13.310.715,83	15,69
Total:	**84.827.865,38**	**100,00**

Disponibilidade em conta corrente:	**45,62**
Montante total - Aplicações + Disponibilidade:	**84.827.911,00**

A composição por benchmark demonstra a distribuição dos recursos de acordo com os indexadores de referência dos investimentos. Essa segmentação permite identificar a exposição da carteira aos diferentes indicadores de mercado utilizados como base para os ativos investidos.

Composição por segmento		
Benchmark	**%**	**R$**
CDI	75,57	64.101.457,43
IDKA 2	7,73	6.560.237,23
IMA-B 5	5,63	4.777.580,01
IMA-B	3,02	2.562.993,03
IRF-M 1	3,11	2.639.570,97
IPCA	0,41	351.630,49
LF (Letra Financeira)	2,84	2.405.534,56
Crédito Privado	1,68	1.428.861,65
Total:	**100,00**	**84.827.865,38**

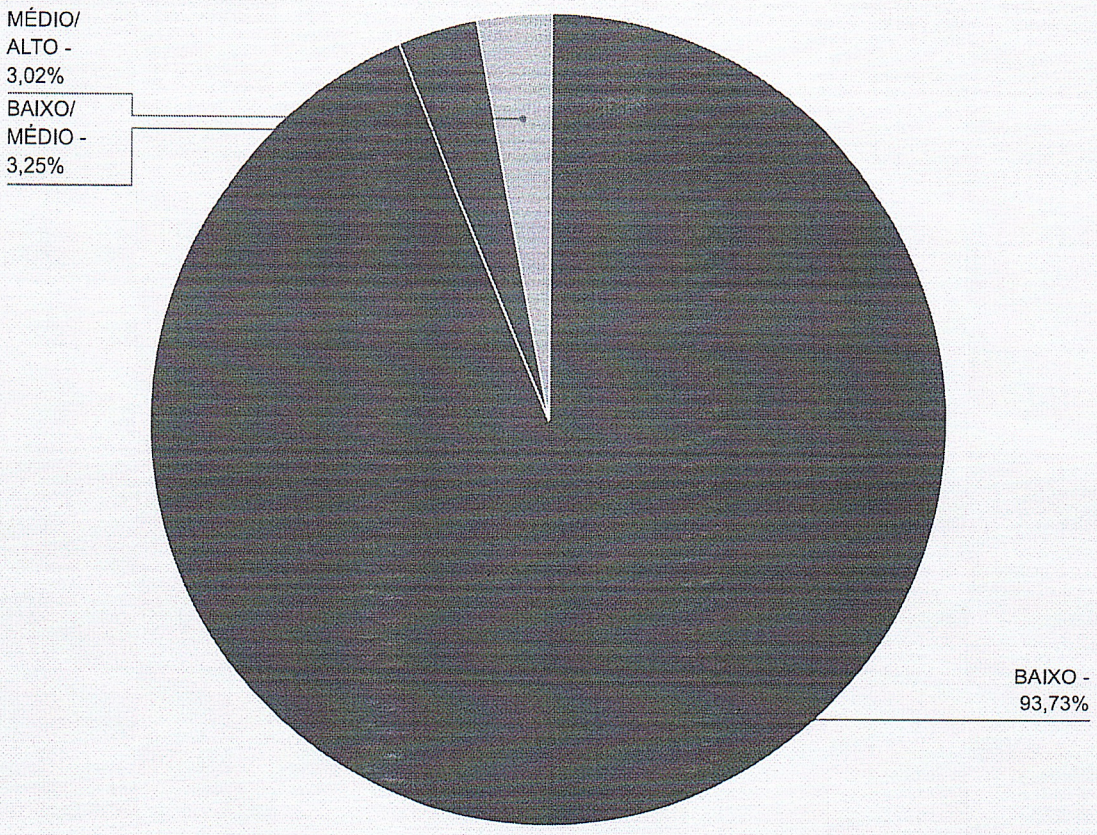
O gráfico apresentado ilustra a distribuição percentual da carteira entre os fundos de investimento, conforme os valores aplicados no período. A visualização permite melhor compreensão da representatividade de cada ativo na composição total da carteira.



Abaixo apresentamos uma tabela onde informamos o risco em percentuais do mês e do ano corrente, considerando a metodologia de Value at Risk (VaR), bem como o valor e percentual alocado em cada fundo de investimento. As informações permitem o acompanhamento da exposição ao risco dos investimentos no período analisado. Na página seguinte, demonstramos a carteira por grau de risco em forma de gráfico.

Fundos de Investimentos	RISCO VAR 95% - CDI		ALOCAÇÃO	
	08/2026	Ano	R$	%
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	0,01%	0,01%	23.404.419,47	27,59
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	0,01%	0,01%	488.196,43	0,58
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,63%	0,92%	4.231.484,76	4,99
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	0,58%	0,91%	2.057.143,10	2,43
BB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,36%	2,37%	1.955.865,46	2,31
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,10%	0,21%	981.048,56	1,16
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	0,03%	0,02%	12.476.204,39	14,71
BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	0,00%	0,04%	178.721,75	0,21
CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	0,29%	1,76%	351.630,49	0,41
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	0,62%	0,96%	2.328.752,47	2,75
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	0,60%	0,91%	2.720.436,91	3,21
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	1,37%	2,37%	607.127,57	0,72
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	0,10%	0,21%	1.658.522,41	1,96
CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	0,02%	0,05%	3.086.602,72	3,64
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	0,02%	0,02%	10.527.137,96	12,41
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	0,01%	0,05%	629.458,88	0,74
LF SANTANDER (11/03/2027)	1,32%	1,86%	1.221.783,89	1,44
LF SANTANDER (11/10/2027)	1,19%	1,73%	1.183.750,67	1,40
SICREDI BAIXO RISCO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	0,01%	0,05%	1.428.861,65	1,68
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	0,01%	0,02%	13.310.715,83	15,69
		Total:	**84.827.865,38**	**100,00**

% Alocado por Grau de Risco - 08/2026

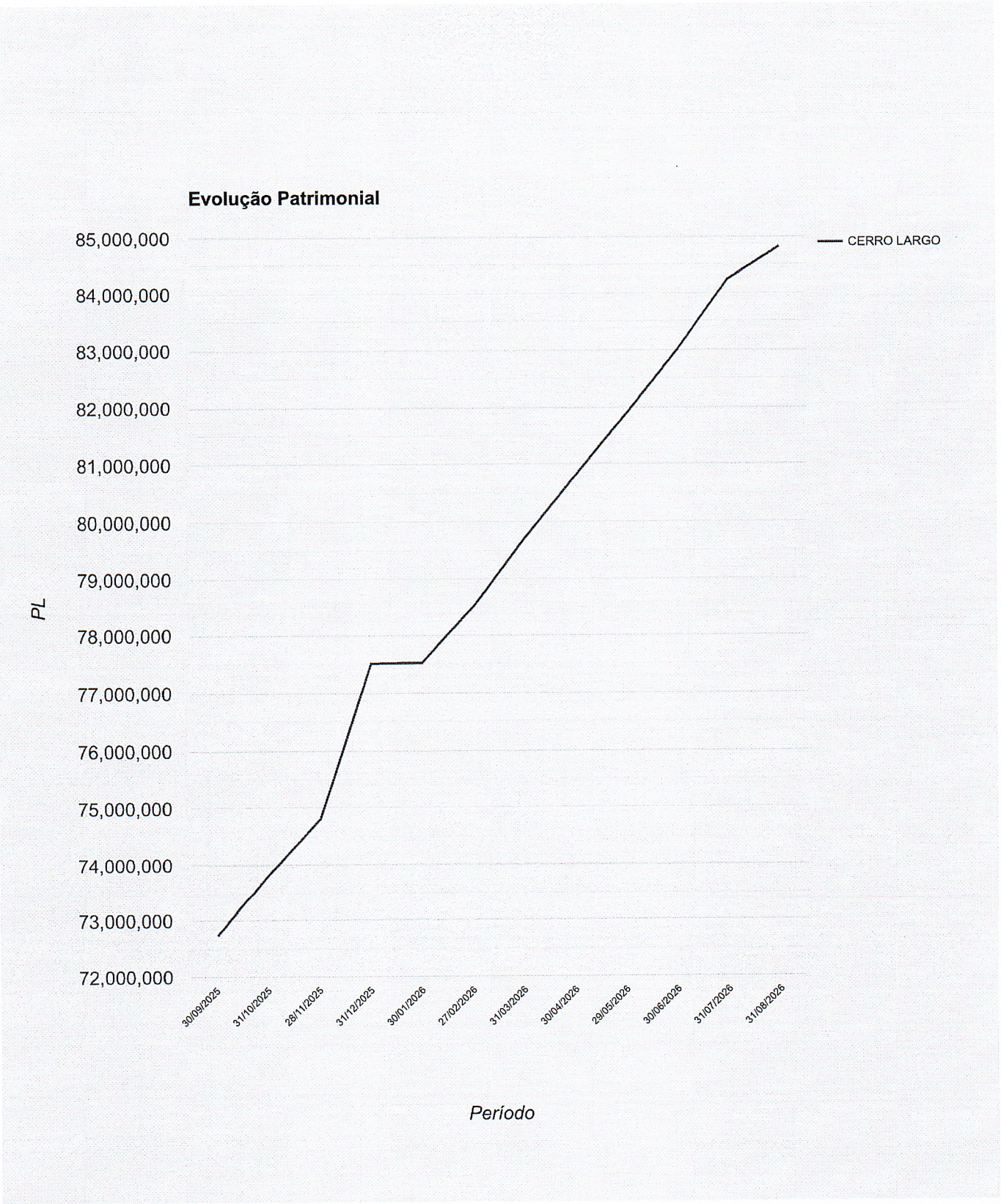


O Gráfico acima se refere a exposição em risco da carteira de investimento do RPPS, ou seja, os percentuais demonstrados mostram o volume alocado em % exposto ao risco de mercado. Saliento que a medida esta sendo levando em consideração o cenário atual e as expectativas.

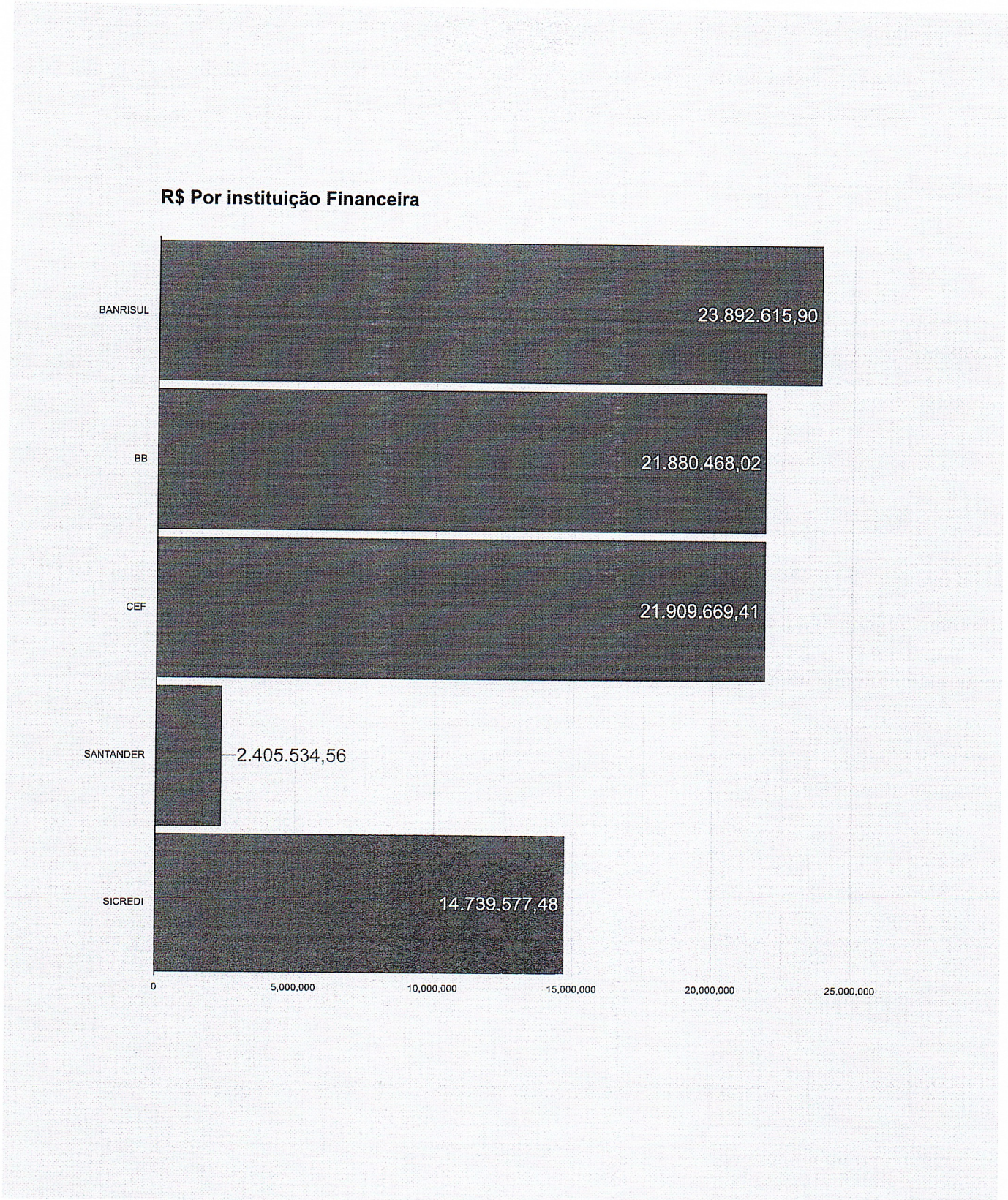
A seguir mostraremos um comparativo em percentuais entre alguns benchmarks selecionados, a meta da Política de Investimento do período e a rentabilidade acumulada atingida, mês a mês pelo RPPS.

	Benchmarks					
	IMA Geral	IMA B	IRF-M 1	Ibovespa	INPC + 5,75%	CERRO LARGO
01/2026	1,31%	1,00%	1,20%	12,56%	0,86%	1,18%
02/2026	1,18%	1,79%	1,02%	4,09%	1,03%	1,05%
03/2026	0,55%	0,17%	1,02%	-0,70%	1,38%	1,22%
04/2026	1,34%	1,81%	0,99%	-0,08%	1,28%	1,14%
05/2026	0,81%	0,31%	1,07%	-7,22%	1,12%	1,06%
06/2026	0,51%	-1,04%	1,14%	-1,01%	0,61%	0,91%
07/2026	1,07%	0,97%	1,26%	3,47%	0,46%	1,22%
08/2026	1,20%	1,58%	1,17%	-0,33%	0,15%	1,15%

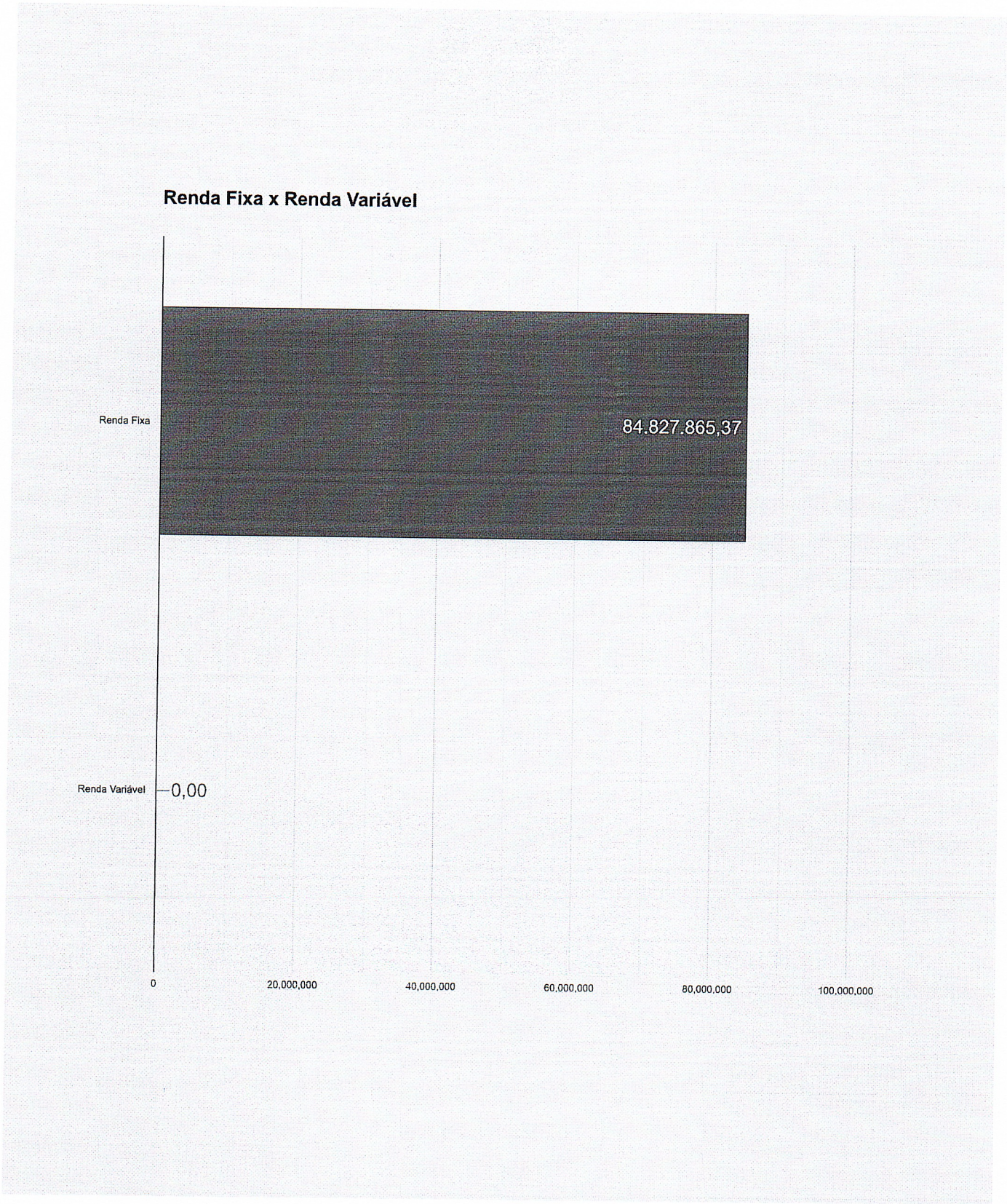
O gráfico abaixo apresenta a evolução patrimonial do RPPS nos últimos 12 meses, considerando o valor total dos recursos investidos. A informação permite acompanhar a variação do patrimônio ao longo do tempo.



O gráfico demonstra a distribuição dos recursos por instituição financeira, conforme os valores aplicados em cada entidade. A apresentação permite visualizar a concentração dos investimentos por instituição no período.



O gráfico apresenta a distribuição dos recursos entre os segmentos de renda fixa e renda variável, conforme a composição da carteira no período analisado. A informação permite identificar a alocação dos investimentos por classe de ativos.



RESUMO MERCADO X CARTEIRA DE INVESTIMENTO

O cenário macroeconômico se tornou mais desafiador ao longo de agosto, tanto pelo ambiente externo quanto pela evolução da atividade doméstica. Nos Estados Unidos, a combinação entre demanda privada ainda resiliente, inflação persistentemente acima da meta, condições financeiras pouco restritivas e renovação dos choques de oferta levou a uma revisão relevante das expectativas para a política monetária americana — fatores que ganharam ainda mais peso com a postura mais dura (hawkish) adotada por Kevin Warsh, presidente do Federal Reserve. No Brasil, a composição do PIB do segundo trimestre de 2026 reforçou os sinais de perda de dinamismo dos componentes mais cíclicos, com destaque para a retração do consumo das famílias, levando a revisões nas projeções de crescimento para 1,7% em 2026 e 1,3% em 2027 (ante 1,5% anteriormente). A combinação entre condições financeiras externas mais restritivas, menor contribuição do crédito e desaceleração da demanda doméstica aponta para um cenário de crescimento mais fraco, enquanto a persistência dos choques de oferta mantém o balanço de riscos para a inflação ainda inclinado para cima.

Cenário internacional

Nos Estados Unidos, os dados de inflação referentes a julho vieram em linha com as expectativas: o CPI ficou em 0,1% M/M no índice cheio e 0,2% M/M no núcleo, enquanto o deflator do PCE registrou 0,2% M/M tanto no índice cheio quanto no núcleo. Na comparação anual, os núcleos seguiram praticamente estáveis, em 2,5% para o CPI e 3,3% para o PCE. Diversos membros do FOMC sinalizaram insatisfação com o ritmo de convergência da inflação para a meta de 2% — posição reforçada por Kevin Warsh no Simpósio de Jackson Hole, o que levou o mercado a elevar a probabilidade de alta de juros na reunião de setembro de cerca de 35% para em torno de 65%.

O discurso de Warsh sugere um viés de alta relevante para a taxa de juros americana: o presidente do Fed afirmou que o mercado de trabalho está em equilíbrio, que as condições financeiras seguem frouxas e que gostaria de ver a inflação convergindo para a meta de forma clara e com velocidade — combinação que, na leitura de mercado, é claramente altista para os juros. Ainda que não haja convicção de que a alta ocorrerá já na próxima reunião, esse viés tende a se materializar ainda este ano.

Na Europa, os dados seguem indicando uma economia firme, com as projeções de crescimento para o ano revisadas para cima. Os riscos, no entanto, permanecem: além do custo mais elevado de energia em razão do conflito no Oriente Médio, o nível dos rios e os reservatórios de gás podem pressionar a inflação e reduzir o crescimento adiante. O BCE mantém postura de vigilância, e o mercado já projeta nova alta de juros em setembro. Na China, a dinâmica segue dual: os setores ligados às exportações apresentam melhor desempenho, enquanto os dependentes da demanda interna seguem mais fracos. Como o motor externo permanece resiliente e o PIB está dentro da faixa da meta de crescimento do ano, ainda não há urgência por novos estímulos por parte do governo chinês.

Cenário doméstico

No Brasil, acumulam-se dados de atividade econômica sugerindo que a desaceleração está em curso, mais recentemente também refletida no mercado de trabalho. Ainda que a parcela da inflação mais atrelada ao ciclo econômico esteja pressionada, a piora da atividade — em especial do mercado de trabalho — sugere que essa componente pode arrefecer adiante. Nesse sentido, a deterioração da atividade abre espaço para que a taxa Selic em 2027 seja substancialmente mais baixa do que a verificada em 2026 e do que atualmente precificada pelo mercado.

Por outro lado, a combinação entre o ciclo de aperto monetário nos Estados Unidos e a trajetória de queda da Selic no Brasil reduz de forma expressiva o diferencial de juros — variável-chave para a determinação da taxa de câmbio. No campo da inflação, houve alguma melhora: o índice geral e os núcleos desaceleraram, mas os serviços ainda preocupam, e as expectativas seguem acima da meta e em trajetória de alta, sobretudo para os horizontes de 2027 e 2028. Com a inflação ainda fora da meta, o Banco Central mantém postura cautelosa, o que segue limitando o otimismo em relação aos ativos domésticos.

Novos cortes de juros devem depender do comportamento do câmbio, das expectativas de inflação, de sinais mais claros de desaceleração da economia e do cenário externo — mesmo com espaço para ajustes adiante, a Selic deve permanecer em patamar elevado por um período prolongado. Indicadores de inflação

O IPCA recuou 0,32% em agosto, registrando a maior deflação mensal em quatro anos, puxada principalmente pela queda nos preços de energia elétrica. Com esse resultado, a inflação acumulada em 12 meses permanece dentro do intervalo de tolerância da meta definida pelo Banco Central — desde 2025, o sistema de metas contínuas prevê inflação de 3%, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, equivalente a um intervalo entre 1,5% e 4,5%. O INPC também recuou 0,32% no mês, com o grupo de habitação como principal responsável pela queda do índice.

Fiscal e cenário eleitoral

A ausência de estabilização da dívida pública mantém o prêmio de risco fiscal elevado. A Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027 reforçou essa leitura negativa: o orçamento combina premissas macroeconômicas otimistas com um superávit primário cheio de apenas 0,13% do PIB, enquanto o cumprimento formal da meta de 0,5% depende da exclusão de R$ 64,7 bilhões em despesas. O resultado segue insuficiente para estabilizar a dívida, sobretudo diante do elevado custo de juros e da rigidez das despesas obrigatórias.

No cenário eleitoral, Lula e Flávio Bolsonaro seguem como cenário-base para o segundo turno, com a disputa em empate técnico dentro da margem de erro e elevado grau de rejeição a ambos os campos. A combinação entre corrida acirrada, incerteza fiscal e ausência de uma terceira via competitiva deve manter elevado o prêmio de risco eleitoral sobre câmbio e juros nos próximos meses.

COMENTÁRIO DO ECONOMISTA:

Agosto reforçou um cenário de maior complexidade: no exterior, a postura mais dura do Fed eleva o risco de juros americanos mais altos por mais tempo; no Brasil, a desaceleração da atividade — especialmente do mercado de trabalho — abre espaço para uma Selic estruturalmente mais baixa em 2027, mas o curto prazo ainda exige cautela diante da inflação de serviços resistente, das expectativas desancoradas e do elevado prêmio de risco fiscal e eleitoral.

Diante desse cenário, mantemos recomendação concentrada em ativos de menor volatilidade, com destaque para as estratégias referenciadas DI e para os títulos de curto prazo. Os títulos indexados à inflação de prazos mais longos, que já apresentaram recuperação relevante em agosto, seguem representando oportunidade, mas a exposição deve continuar sendo conduzida de forma gradual e compatível com o perfil de risco de cada RPPS — uma alocação mais estrutural nessa classe depende da confirmação de sinais mais consistentes de desaceleração da inflação e de maior clareza no quadro fiscal e eleitoral. Na renda variável, mantemos visão construtiva para o médio e longo prazo, com recomendação de seletividade e gestão ativa diante das incertezas ainda presentes no cenário doméstico e internacional.

De forma geral, o ambiente segue exigindo disciplina, diversificação e planejamento de longo prazo, com atenção redobrada aos desdobramentos da política monetária americana, do quadro fiscal brasileiro e do calendário eleitoral nos próximos meses.

Composição por segmento		
Benchmark	**R$**	**%**
CDI	64.101.457,43	75,57
IDKA 2	6.560.237,23	7,73
IMA-B 5	4.777.580,01	5,63
IMA-B	2.562.993,03	3,02
IRF-M 1	2.639.570,97	3,11
IPCA	351.630,49	0,41
LF (Letra Financeira)	2.405.534,56	2,84
Crédito Privado	1.428.861,65	1,68
Total:	**84.827.865,38**	**100,00**

Abaixo podemos verificar, referente ao mês de agosto, a rentabilidade acumulada em reais e percentual para o exercício. Finalizando o mês conseguimos visualizar uma comparação com a meta da política de investimento para o mesmo período, conforme segue:

MÊS BASE	RENTABILIDADE ACUMULADA		META		% da Meta
	R$	%			
08/2026	R$ 7.186.895,44	9,2981%	INPC + 5,75%	7,08 %	131,25%

Referência Gestão e Risco

ANÁLISE DE FUNDOS

REFERÊNCIA
GESTÃO E RISCO

BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP

CNPJ 63.197.167/0001-04

Especificações:

Gestão: BB Asset Management
Administrador: BB Asset Management
Custodiante: Banco do Brasil
Auditoria: PriceWaterhouseCoopers
Início: 02/02/2026
Benchmark: CDI
Nível de Certificação necessário (Pró-Gestão): sem necessidade de nível mínimo

Objetivo: Obter ganhos de capital alocando seus recursos em títulos públicos federais prefixados e/ou pós-fixados, desde que indexados para CDI/Selic e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

Público-alvo: investidores institucionais

Taxas:

Taxa Global: 0,20%a. a
Taxa de administração e Gestão: 0,0709 % % a.a.
Taxa de Distribuição: 0,1291%a. a
Taxa de resgate: Não possui

Informações operacionais:

Depósito inicial: R$1.000,00
Movimentação Mínima: R$0,00
Saldo Mínimo R$0,00
Disponibilidade dos recursos aplicados: D+0
Disponibilidade dos recursos resgatados: D+0

Classificações:

CVM: Renda Fixa
Anbima: Não classificado
Legal: FIC
Enquadramento 5272/2025: Art.7º, I - Fundos ou ETF 100% TPF

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

O fundo é constituído na forma de Fundo de Investimento Financeiro (FIF), com prazo de duração indeterminado. A CLASSE aplicará seus recursos em cotas de classes de fundos de investimento (Classes Investidas ou CIs) que apresentem uma carteira de ativos financeiros com prazo médio superior a 365 dias, composta exclusivamente por títulos públicos federais prefixados e/ou pós fixados, desde que indexados para CDI/Selic e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

A composição da Classe, deverá observar os seguintes parâmetros:

- **Mínimo de 95% e máximo de 100%:** Cotas de classes de fundos de investimento financeiro tipificadas Grupo como Renda Fixa Referenciada DI.

- **Máximo de 5%:** Depósitos à vista; Títulos públicos federais; Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

Os demais limites e restrições aplicáveis encontram-se detalhados no regulamento do Fundo.

Participantes:

Administradora, Gestora e Custodiante – **BANCO DO BRASIL S.A / BB Asset Management**

A BB Asset Management (marca comercial da BB Gestão de Recursos DTVM S.A.), fundada em 1986, é uma instituição com personalidade jurídica independente, contando com Conselho de Administração e Conselho Fiscal próprios. Em conformidade com as resoluções vigentes do CMN e da CVM, a gestora utiliza a estrutura de Comitê de Auditoria único do conglomerado Banco do Brasil.

Banco do Brasil — instituição financeira classificada como Segmento 1 **(S1)** pelo Banco Central do Brasil, o que denota o mais elevado grau de porte, relevância sistêmica e rigor regulatório.

Como especialista na gestão de recursos de terceiros, a BB Asset consolida sua posição como líder absoluta da indústria nacional de fundos de investimento. Segundo o ranking da ANBIMA (dezembro/2025), a instituição ultrapassou a marca histórica de R$ 1,7 trilhão em patrimônio líquido sob gestão.

Rating de Qualidade: A gestora mantém o rating MQ1 (Investment Manager Quality Assessment), a nota máxima atribuída pela agência Moody's Local. Essa avaliação reflete uma capacidade de gestão considerada "Excelente", com processos robustos de investimento, controles de risco e infraestrutura tecnológica.

Certificações: Detentora da certificação internacional ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade) de forma ininterrupta, a BB Asset iniciou em 2025 o processo de transição para os novos requisitos da norma (versão 2026), reafirmando seu compromisso com a melhoria contínua de seus processos.

Presença Internacional: Em 2025, expandiu sua atuação com o lançamento de fundos sob a estrutura UCITS em Luxemburgo, permitindo a distribuição de suas estratégias para investidores globais.

RISCOS

No mundo dos investimentos financeiros, risco é a chance de você não ganhar, no futuro, aquilo que esperava quando se decidiu fazer sua aplicação. Os especialistas avaliam o risco por perspectivas diferentes, e dentre elas, o ativo em questão tem classificação 1 de 5, com os seguintes tipos de risco

I- **Risco de Juros Pós-fixados (CDI, TMS)**
II- **Risco de Taxa de Juros**
III- **Risco de Investimento em Títulos Indexados à Inflação**
IV- **Risco Proveniente do uso de Derivativos-**
V- **Risco de Liquidez**

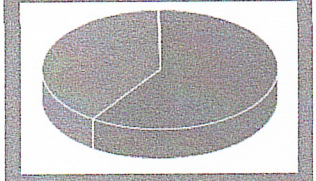
PARECER TÉCNICO

O fundo BB Perfil Soberano Resp. Limitada FIF CIC Renda Fixa Referenciado DI Previdenciário LP é um FIC de Renda Fixa que busca ganhos de capital por meio da alocação da totalidade de seus recursos no FI BB Top Principal Resp. Limitada FIF Renda Fixa Referenciado DI LP (CNPJ: 03.504.023/0001-21). O fundo conta atualmente com 299 cotistas e patrimônio líquido de R$2,3 bilhões, conforme última posição divulgada em 20/07/2026.

Na sequência, apresentamos a composição consolidada da carteira referente a junho/2026..

Nome do Ativo	Participação do Ativo
Operações Compromissadas - LFT - 01/09/2031	40,38%
LFT - Venc.: 01/06/2032	6,33%
LFT - Venc.: 01/03/2032	5,40%
LFT - Venc.: 01/12/2031	5,27%
LFT - Venc.: 01/03/2030	5,07%
LFT - Venc.: 01/03/2029	4,11%
LFT - Venc.: 01/06/2030	4,08%
LFT - Venc.: 01/09/2028	3,93%
LFT - Venc.: 01/03/2028	3,83%
LFT - Venc.: 01/09/2027	3,77%
LFT - Venc.: 01/09/2030	3,66%
LFT - Venc.: 01/09/2031	3,61%
LFT - Venc.: 01/09/2029	3,59%
LFT - Venc.: 01/09/2026	2,48%
LFT - Venc.: 01/03/2027	1,85%
LFT - Venc.: 01/12/2030	1,67%
LFT - Venc.: 01/03/2031	0,53%
LFT - Venc.: 01/06/2031	0,45%
Outras Disponibilidades	0,01%
Data da carteira: 30/06/2026	

Tipo do Ativo



Títulos Federais	59,61%
Operação compromissada	40,38%
Valores a pagar/receber	0,01%
Outros	0,00%

A carteira do fundo apresenta composição extremamente conservadora e concentrada em ativos de baixíssimo risco, refletindo sua natureza de fundo previdenciário referenciado DI. A maior parte dos recursos está alocada em títulos públicos federais indexados à Selic (LFTs) e em operações compromissadas lastreadas nesses mesmos papéis, o que garante liquidez e segurança à carteira.

Do patrimônio total, 59,61% estão em títulos federais e 40,38% em operações compromissadas, ambos com rating AAA e risco soberano. Isso significa que o fundo está exposto quase exclusivamente à taxa Selic, funcionando como veículo de preservação de capital com rendimento próximo ao CDI.

Nas participações individuais, observa-se forte concentração em LFTs com vencimentos escalonados entre 2026 e 2032, estratégia que distribui o risco de reinvestimento ao longo do tempo sem alterar o perfil conservador da carteira, já que todos os papéis permanecem indexados à taxa básica de juros. A maior posição individual é a operação compromissada com vencimento em 01/09/2031 (40,38% da carteira), seguida por diversas LFTs com participações entre 2% e 6%. Disponibilidades e valores a pagar/receber são residuais, não ultrapassando 0,01% do patrimônio.

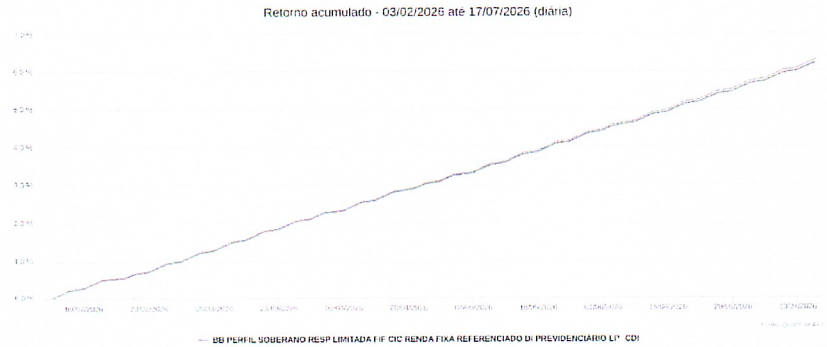
Em síntese, trata-se de um fundo com altíssima concentração em ativos públicos federais indexados à Selic, o que garante segurança e liquidez, mas limita o potencial de retorno às variações da taxa básica de juros.

Performance

Nesta análise, adotamos como premissa o período dos últimos 12 meses de atividade do fundo. Como se trata de ativo recente, utilizamos as informações desde o início de suas atividades (02/02/2026), incluindo o CDI como parâmetro comparativo, dado que este é o benchmark do fundo.:

Nome	Retorno	
	Mês	Desde o início
BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	0,68%	6,21%
CDI	0,69%	6,34%

Desde o início de suas atividades, o fundo acumulou retorno de 6,21%, praticamente em linha com o CDI, que registrou 6,34% no mesmo período — diferença que reflete os custos de gestão inerentes à estrutura do fundo, sem comprometer seu objetivo de replicação do benchmark.



O gráfico de retorno acumulado confirma essa aderência: a trajetória do fundo acompanha de perto o CDI ao longo de todo o período analisado, sem descolamentos relevantes

Para a análise de risco, utilizamos três indicadores — Índice de Sharpe Generalizado, VaR (95%) e Índice Beta —, todos calculados com base nos últimos 12 meses.

Nome	Desde o início		
	Sharpe Generalizado - CDI	VaR 95,0% MV 21 du	Beta - CDI/CDI
BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	-13,03	0,01%	1,09
CDI		0,17%	1,00

O Índice de Sharpe Generalizado mede a eficiência do retorno obtido em relação ao risco assumido pelo gestor, ou seja, quanto o fundo gera de retorno adicional frente ao benchmark para cada unidade de risco assumida. No período, o indicador apresentou resultado negativo (-13,03), o que é esperado em fundos referenciados DI: como a proposta não é superar o CDI, mas replicá-lo, os custos de administração tendem a reduzir marginalmente a performance relativa, e a baixíssima volatilidade da carteira amplifica a magnitude do indicador.

O VaR de 0,01% reflete a baixíssima volatilidade de uma carteira composta quase integralmente por títulos públicos federais indexados à Selic, reforçando a segurança e a previsibilidade do fundo e indicando probabilidade praticamente nula de perdas significativas.

O Índice Beta de 1,09 indica correlação muito próxima ao CDI, com sensibilidade ligeiramente superior — ou seja, o fundo acompanha os movimentos do benchmark de forma quase idêntica, com pequenas variações explicadas por ajustes operacionais e pela estrutura de custos.

Em conjunto, os indicadores confirmam baixíssima volatilidade e elevada correlação ao CDI, características adequadas para investidores que buscam preservação de capital e estabilidade. O Sharpe negativo apenas reforça que não há expectativa de retorno acima do benchmark, mas sim de replicação segura e líquida.

ANÁLISE DE FUNDOS

REFERÊNCIA
GESTÃO E RISCO

SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS HIPER RESP LIMITADA FIF CIC REFERENCIADO DI

CNPJ: 34.246.448/0001-01

Especificações:

Gestão: Santander Brasil Asset Management
Administrador: Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Custodiante: Santander Caceis
Auditoria: Deloitte Touche Tohmatsu
Início: 20/01/2020
Benchmark: CDI
Nível de Certificação necessário (Pró-Gestão): sem necessidade de nível mínimo

Objetivo: Obter rentabilidade que acompanhe a variação do CDI.

Público-alvo: Investidores em geral

Taxas:

Taxa Global: 0,10% a.a.
Taxa de Performance: Não possui

Informações operacionais:

Depósito inicial: R$ 50.000,00
Movimentação Mínima: R$1.000,00
Saldo Mínimo R$ 10.000,00
Disponibilidade dos recursos aplicados: D+0
Disponibilidade dos recursos resgatados: D+0

Classificações:

CVM: Renda Fixa
Anbima: Renda Fixa Duração Baixa Soberano
Legal: Classe de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Financeiro – Responsabilidade Limitada
Enquadramento: Fundo/Classe 100% Títulos Públicos ou ETF TP TN, Art. 7° I

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

O SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS HIPER RESP LIMITADA FIF CIC REFERENCIADO DI é constituído sob a forma de classe de condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado e responsabilidade limitada dos cotistas. Seu objetivo é obter rentabilidade que acompanhe a variação do CDI, por meio de investimentos em ativos e modalidades operacionais de renda fixa, predominantemente através de cotas de fundos de investimento.

A política estabelece a aplicação de 95% a 100% do patrimônio líquido em cotas de classes de fundos de renda fixa, incluindo FIF, CIC/FIC e ETF de renda fixa, desde que as classes investidas mantenham seus recursos exclusivamente em Títulos Públicos Federais. A parcela residual, limitada a 5% do patrimônio, poderá ser destinada aos ativos e modalidades operacionais admitidos no regulamento para gestão de liquidez.

As classes investidas devem manter carteira vinculada a Títulos Públicos Federais e podem utilizar derivativos exclusivamente para proteção. Não são admitidas exposições a crédito privado ou ativos no exterior.

Dessa forma, a política está direcionada à aderência ao CDI por meio de uma estrutura predominantemente soberana, com elevada liquidez e reduzido risco de crédito e de mercado.

PARTICIPANTES:

Santander

O fundo é administrado pela Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – Santander DTVM, enquanto a gestão da carteira é realizada pela Santander Brasil Asset Management, integrante do conglomerado Santander.

Para fins de análise prudencial, o Santander Brasil integra o Segmento 1 (S1) da segmentação estabelecida pelo Banco Central do Brasil, classificação aplicável às instituições de maior porte ou com atividade internacional relevante, submetidas ao conjunto mais abrangente de exigências prudenciais.

A análise institucional para fins de RPPS deverá considerar, adicionalmente, os procedimentos de credenciamento, governança, controles internos, gestão de riscos e demais requisitos estabelecidos pela regulamentação vigente.

RISCOS

O fundo apresenta perfil conservador, estando sujeito principalmente aos riscos inerentes aos Títulos Públicos Federais, às operações compromissadas, à liquidez e à precificação dos ativos financeiros.

Conforme metodologia considerada no documento, o ativo apresenta classificação de risco 1 em escala de 1 a 5, estando sujeito, entre outros, aos seguintes riscos:

I- **Risco de Mercado**
II- **Risco Crédito**
III- **Risco de Liquidez**
IV- **Risco de Concentração**
V- **Risco Decorrente da Precificação dos Ativos Financeiros:**

PARECER TÉCNICO

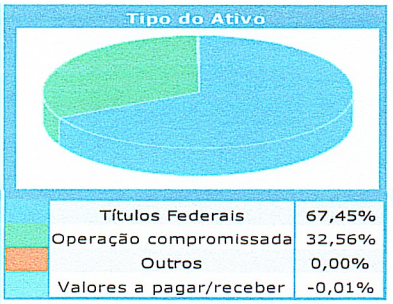
O SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS HIPER RESP LIMITADA FIF CIC REFERENCIADO DI é estruturado como Classe de Investimento em Cotas (CIC), tendo por objetivo obter rentabilidade que acompanhe a variação do CDI.

Atualmente, o fundo conta com 551 cotistas e apresenta Patrimônio Líquido de aproximadamente R$ [CONFIRMAR VALOR], conforme posição disponível em 10/09/2026.

Por se tratar de uma estrutura de fundo de cotas, o patrimônio encontra-se predominantemente aplicado no SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI – CNPJ 07.966.986/0001-06. Dessa forma, para adequada avaliação dos riscos assumidos, consideramos a composição consolidada da carteira.

Nome do Ativo	Participação do Ativo
Operações Compromissadas - NTN-B - 15/05/2031	28,82%
LFT - Venc.: 01/09/2028	8,10%
LFT - Venc.: 01/09/2029	7,16%
LFT - Venc.: 01/06/2030	6,13%
LFT - Venc.: 01/03/2030	5,99%
LFT - Venc.: 01/03/2028	5,47%
LFT - Venc.: 01/03/2029	5,34%
LFT - Venc.: 01/09/2030	4,87%
LFT - Venc.: 01/09/2027	4,29%
LFT - Venc.: 01/03/2031	4,13%
LFT - Venc.: 01/12/2030	3,80%
LFT - Venc.: 01/12/2031	3,32%
LFT - Venc.: 01/09/2031	3,21%
LFT - Venc.: 01/03/2032	2,41%
LFT - Venc.: 01/06/2031	1,73%
LFT - Venc.: 01/06/2032	1,49%
Operações Compromissadas - LTN - 01/01/2030	1,13%
Operações Compromissadas - LFT - 01/09/2030	1,10%
Operações Compromissadas - LFT - 01/09/2027	1,04%
Operações Compromissadas - LFT - 01/09/2029	0,48%
Outros Valores a pagar	-0,01%
Data da carteira: 31/08/2026	

Tipo do Ativo



Títulos Federais	67,45%
Operação compromissada	32,56%
Outros	0,00%
Valores a pagar/receber	-0,01%

Com base na composição consolidada de agosto/2026, observa-se uma carteira de perfil predominantemente soberano e conservador, composta por aproximadamente 67,45% em Títulos Públicos Federais e 32,56% em operações compromissadas, resultando em exposição praticamente integral associada ao Governo Federal.

Entre os títulos mantidos diretamente, verifica-se ampla predominância de LFTs – Letras Financeiras do Tesouro, distribuídas entre diferentes vencimentos de 2027 a 2032. Por serem títulos pós-fixados vinculados à taxa Selic, as LFTs apresentam reduzida sensibilidade às oscilações das taxas de juros quando comparadas a títulos prefixados ou indexados à inflação de maior *duration*.

As operações compromissadas representam aproximadamente 32,56% da carteira, destacando-se a operação lastreada em NTN-B com vencimento em 15/05/2031, equivalente a 28,82% do patrimônio. Há ainda posições menores em compromissadas lastreadas em LTN e LFT.

Importante destacar que o título utilizado como lastro de uma operação compromissada não deve ser interpretado automaticamente como exposição econômica direta ao seu respectivo indexador. Dessa forma, a presença de NTN-B como lastro da principal compromissada não significa, por si só, que 28,82% da carteira esteja exposta à inflação e às oscilações da curva de juros reais da mesma forma que ocorreria com a manutenção direta desses títulos.

Em síntese, a composição observada apresenta baixo risco de crédito, elevada liquidez e reduzida exposição ao risco de mercado, características coerentes com uma estratégia destinada a acompanhar o CDI por meio de ativos predominantemente soberanos.

Na análise do ativo, consideramos diferentes horizontes de avaliação, contemplando o mês, o acumulado do ano e os últimos 12 meses. Considerando que o fundo possui como objetivo acompanhar a variação do CDI, utilizamos esse indicador como principal parâmetro comparativo para avaliação de sua performance.

Nome	Retorno(Até 09/09/2026)		
	Mês	Ano	Últimos 12 meses
SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS HIPER RESP LIMITADA FIF CIC REFERENCIADO DI	0,26%	9,64%	14,64%
CDI	0,26%	9,61%	14,61%

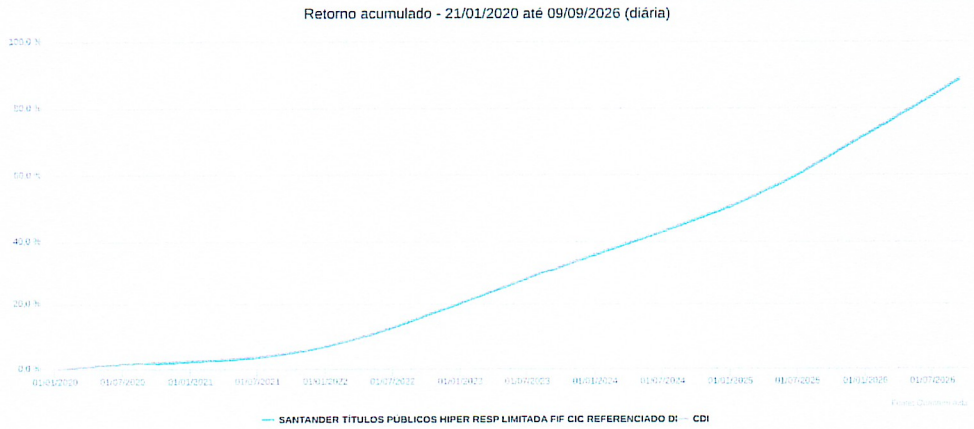
Nos períodos analisados, o fundo apresentou elevada aderência ao CDI. No mês, registrou rentabilidade de 0,26%, equivalente ao benchmark. No acumulado do ano, apresentou 9,64%, frente a 9,61% do CDI, enquanto nos últimos 12 meses registrou 14,64%, contra 14,61% do referencial.

As diferenças foram, portanto, de aproximadamente 0,00 p.p. no mês e +0,03 p.p. tanto no acumulado do ano quanto nos últimos 12 meses, demonstrando elevada aderência ao objetivo de acompanhar a variação do CDI.

A proximidade entre as rentabilidades é coerente com a composição predominantemente formada por LFTs e operações compromissadas soberanas, bem como com o reduzido nível de risco de mercado observado.

Dessa forma, a performance mostra-se compatível com a proposta do produto, combinando rentabilidade próxima ao CDI, baixa volatilidade e elevada liquidez.

A visualização gráfica abaixo demonstra que o ativo vem acompanhando a performance de seu benchmark, o CDI, desde o início de suas atividades



Para outras análises, utilizamos três indicadores, Índice Sharpe Generalizado, Var (95%) e o índice beta, todos sendo considerados a medida desde o início, conforme tabela abaixo:

Nome	Últimos 12 meses (Até 09/09/2026)		
	Sharpe Generalizado - CDI	VaR 95,0% MV 21 du	Beta - CDI/CDI
SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS HIPER RESP LIMITADA FIF CIC REFERENCIADO DI	0,71	0,02%	1,09
CDI		0,01%	1,00

O fundo apresentou Sharpe Generalizado de 0,71 nos últimos 12 meses. O resultado positivo decorre da combinação entre rentabilidade ligeiramente superior ao CDI e reduzida volatilidade no período analisado.

Embora o excesso de retorno tenha sido pequeno — aproximadamente 0,03 p.p. nos últimos 12 meses — a baixa volatilidade contribui para que o indicador permaneça positivo. Dessa forma, o resultado deve ser interpretado considerando a própria natureza conservadora do produto, cujo objetivo principal é acompanhar o CDI, e não necessariamente gerar elevado retorno excedente ao benchmark.

Na quantificação do risco, utilizamos o Value at Risk (VaR), com nível de confiança de 95% e janela móvel de 21 dias úteis, indicador destinado a estimar a perda potencial da carteira dentro dos parâmetros considerados no cálculo.

O fundo apresentou VaR de 0,02%, patamar bastante reduzido e coerente com uma carteira de perfil conservador e predominantemente soberano. O resultado reforça a baixa oscilação potencial da estratégia no horizonte considerado.

Adicionalmente, o fundo apresentou Beta de 1,09 em relação ao CDI. Embora o valor esteja levemente acima da unidade, sua interpretação deve ser feita com cautela, pois a baixa variabilidade característica do CDI limita a capacidade do indicador de refletir isoladamente o risco da estratégia.

De forma conjunta, os indicadores confirmam uma estratégia de baixo risco de mercado, elevada aderência ao CDI e reduzido risco de crédito. O Sharpe Generalizado positivo evidencia eficiência ajustada ao risco no período analisado, enquanto o VaR de 0,02% demonstra baixa perda potencial estimada. O Beta de 1,09 deve ser interpretado com cautela, considerando a reduzida variabilidade do CDI. Para este produto, a composição da carteira, o VaR e a volatilidade observada são indicadores mais informativos para avaliação do risco.

Aspectos Legais

O fundo encontra-se enquadrado no Art. 7º, inciso I, da Resolução CMN nº 5.272/2025 – Fundos ou ETF 100% Títulos Públicos Federais, não havendo exigência de nível mínimo de certificação institucional Pró-Gestão para acesso à modalidade, conforme classificação considerada nesta análise.

Dessa forma, o ativo mostra-se apto a compor a parcela de renda fixa soberana da carteira do RPPS, observados os limites estabelecidos pela regulamentação vigente e pela respectiva Política de Investimentos.

Considerações Finais

O SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS HIPER RESP LIMITADA FIF CIC REFERENCIADO DI apresenta características compatíveis com uma estratégia de renda fixa soberana e conservadora, tendo como objetivo acompanhar a variação do CDI.

A carteira consolidada é composta essencialmente por Títulos Públicos Federais e operações compromissadas lastreadas nesses ativos, resultando em reduzido risco de crédito e baixa exposição ao risco de mercado. A predominância de LFTs entre os títulos mantidos diretamente contribui para a reduzida volatilidade e para a elevada aderência da estratégia às taxas de juros de curto prazo.

Em relação à performance, o fundo apresentou rentabilidade equivalente ao CDI no mês e ligeiramente superior ao benchmark no acumulado do ano e nos últimos 12 meses. No período de 12 meses, registrou 14,64%, frente a 14,61% do CDI, diferença de aproximadamente +0,03 p.p., evidenciando elevada aderência ao referencial.

Os indicadores de risco reforçam o caráter conservador da estratégia. O VaR de 0,02% demonstra reduzida oscilação potencial, enquanto o Sharpe Generalizado de 0,71 reflete a combinação entre pequeno

retorno excedente ao CDI e baixa volatilidade. O Beta de 1,09, por sua vez, deve ser interpretado com cautela em razão da reduzida variabilidade do próprio CDI.

A taxa global de 0,10% constitui aspecto favorável na avaliação do produto, especialmente considerando sua proposta de acompanhar o CDI por meio de uma carteira soberana. Somam-se a isso a liquidez D+0, a ausência de carência e o reduzido risco de crédito, características compatíveis com a utilização do fundo na parcela de elevada liquidez da carteira do RPPS.

Diante do exposto, o ativo mostra-se apto a compor a carteira de investimentos do RPPS, não tendo sido identificados, na presente análise, elementos que desabonem sua utilização, observados os limites estabelecidos pela regulamentação vigente, pela Política de Investimentos e pela estratégia global da carteira.

Dessa forma, o fundo apresenta características adequadas para compor a parcela de renda fixa soberana e de elevada liquidez, podendo ser considerado para recursos que demandem disponibilidade imediata, reduzido risco de crédito e rentabilidade próxima ao CDI.

Ressalta-se que a presente análise possui caráter técnico e tem por finalidade subsidiar o Comitê de Investimentos e os demais responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS no processo de tomada de decisão. A decisão quanto à realização, manutenção ou não do investimento compete aos órgãos e agentes responsáveis pela gestão do RPPS, que deverão considerar, além das características do ativo aqui analisadas, a Política de Investimentos, a composição global da carteira, as necessidades de liquidez, o perfil das obrigações do Regime e as condições de mercado existentes no momento da decisão.

11 de setembro de 2026

Atenciosamente,

REFERENCIA GESTAO E RISCO LTDA:14261603000151

Assinado de forma digital por REFERENCIA GESTAO E RISCO LTDA:14261603000151

Referência Gestão e Risco

Aspectos Legais

O fundo encontra-se em conformidade com a Resolução CMN nº 5.272/2025, estando apto a receber aportes de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), observando os requisitos de solvência e segurança estabelecidos pela regulamentação vigente.

Considerações Finais

O gestor do RPPS deve estar ciente de que se trata de ativo com foco prioritário em segurança, liquidez e estabilidade, indicado principalmente para compor a parcela mais conservadora da carteira.

Diante do exposto, manifestamo-nos favoráveis ao investimento no referido ativo, que apresenta taxa de administração compatível com sua proposta e perfil de risco, ausência de carência para resgates, e gestão consistente com retornos alinhados ao seu benchmark.

21 de julho de 2026

Atenciosamente,

REFERENCIA GESTAO E RISCO LTDA:14261603000151

Assinado de forma digital por REFERENCIA GESTAO E RISCO LTDA:14261603000151

Referência Gestão e Risco